

28 de Setembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 228
Director-Geral
Evaristo Mulaza



EX-PCA DA SONANGOL, EX-CEO DA P&P E EX-CEO DA SONILS

Carlos Saturnino envolvido nos negócios da Sonils

- **Empresa com que cruzou interesses recebeu dividendos da Sonils sem ser accionista.**
- **Foi director de uma consultora contratada pela Sonils e CEO da Sonils ao mesmo tempo.**
- **Preparou dossier da entrada dos angolanos na Sonils, com preço de oferta desvalorizado.**

Págs. 6 e 7

CONTAS DE IRENE NETO

Luxemburgo não recebeu cartas rogatórias de Angola

Pág. 26

OPINIÃO

Cláudia Sanchez e Bruna Santos

Crimes financeiros em tempos de Covid-19

Pág. 16



Diógenes de Oliveira, director do INADEC

“Hoje uma cantina e um supermercado têm as mesmas multas”

Págs. 10 e 11



VENDAS “ILEGAIS DE APARTAMENTOS”

Trespases nas centralidades podem ser anulados

Quem compra apartamentos nas centralidades, com recurso ao chamado trespasse, arrisca-se a perder dinheiro. Jurista lembra que a titularidade só pode ser transferida a terceiros, após a liquidação total da renda ao Estado, mas as vendas continuam. Os preços começam pelos 16,5 milhões de kwanzas. Pág. 9

NA GOVERNAÇÃO DESDE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Economia contra João Lourenço

BALANÇO. Três anos passados sobre a investidura de João Lourenço à Presidência da República, os principais indicadores económicos e sociais colocam a governação com os nervos à flor da pele. Uma agência independente revela que cerca de 80% dos angolanos dão nota negativa a Jlo. Págs. 4 e 5

Editorial

EDELTRUDES, SÃO VICENTE E OS PATRÕES

Nesta trapaalhada que se tornou a alegada cruzada pela moralização do Estado, determinados factos devem ser esclarecidos com intransigente precisão para que não haja uma única dúvida sobre o que está em causa.

Tomemos de exemplo o ‘caso Edeltrudes’. Quando determinados media e comentadores insistem na crucificação exclusiva de Edeltrudes Costa, falta-lhes, na verdade, coragem e honestidade para colocar o dedo na ferida. Os factos tornados públicos pela televisão portuguesa levantam questões genéricas de probidade e suspeitas de ilegalidades, mas não dão necessariamente evidências de eventuais práticas criminosas. Isto significa que, por enquanto, pela informação que se tornou pública, a questão se coloca no plano da moralidade. E, nestes termos, Edeltrudes Costa não pode ser apontado como o principal responsável por essa mancha que enegrece ainda mais a já controversa cruzada contra as práticas que lesam o Estado.

Tendo uma posição de inegável influência na governação, Edeltrudes Costa tem um chefe. Não cabe a ele, pois, autorizar a celebração de contratos em nome do Estado. Quem o faz é o Presidente da República e, conforme os factos, foi João Lourenço que, num mesmo despacho, autorizou

a contratação de uma consultora e a subcontratação simultânea da empresa de Edeltrudes Costa, com uns tantos milhões envolvidos.

Por outras palavras, o Presidente teve a última palavra na contratação da empresa do seu próprio chefe de gabinete. Por isso, a menos que esclareça que agiu sob coação ou que foi enganado, sobre João Lourenço, e não sobre Edeltrudes Costa, recaem as maiores responsabilidades no plano ético. Mas também no quesito político. Afinal, não é apenas ele que age como o principal (e



talvez o único) impulsionador da dita agenda controversa – tendo-se substituído ao Procurador-Geral da República em alguns casos – como é ele que se proclamou adverso a tudo, incluindo ao clientelismo e ao cabritismo.

É possível, aliás, fazerem-se vários paralelos desta com outras situações na justiça. Do que sabe publicamente, até ao momento, do ‘caso São Vicente’, a questão de fundo para Angola reside na forma como o genro de Agostinho Neto se tornou no quase único accionista da então subsidiária da Sonangol AAA Seguros. Porque foi essa condição de dono da seguradora que deu ‘legitimidade’ a São Vicente de mandar centenas de milhões de dólares para fora e de fazer cruzamentos de transferências em contas controladas por ele.

Com estes factos, qualquer leitura serena deve questionar se o maior responsável do ‘caso 900 milhões’ é São Vicente ou quem transformou São Vicente no dono de uma empresa que acumulou fortuna pornográfica à custa da delapidação do erário. Quanto a nós, não restam dúvidas. Tal como Edeltrudes Costa tem um patrão que lhe oferece contratos chorudos com o Estado, São Vicente tem ou teve um patrão que lhe ofereceu a sorvedoura AAA seguros. E se o combate à corrupção e à impunidade, além da perseguição e vingança, é para deixar os patrões de fora, então que se calem. Para sempre...



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



SAPALO ANTÓNIO,
economista e político

O Presidente João Lourenço disse, recentemente, que a pandemia da covid-19 desviou os recursos destinados à produção. O que acha?

João Lourenço não pode falar do dinheiro aplicado na pandemia, temos de falar do dinheiro que o próprio MPLA, e não estou a falar de militantes, roubou. Não estou a acusar, estou a afirmar. Já viu quantos milhões estão com estes militantes. Vamos ser sérios...

Mas não concorda com o 'desvio' do dinheiro para o combate à pandemia?

O próprio Presidente já deveria ser destituído, pega o dinheiro do Fundo Soberano, estrangula as normas universais de governação, o Orçamento Geral do Estado. Inventa uma mentira, que é o PIMM, com fins eleitoralistas. Em países democráticos, seria destituído, porque todo o dinheiro, todos os programas devem estar no Orçamento Geral do Estado para permitir a fiscalização.

No caso da covid-19, estamos a falar de uma situação de emergência...

A pergunta é essa, está onde o balanço sobre os gastos financeiros remetidos à covid? Mostrem provas. Há coisas que não precisam de investigação.

22

TERÇA-FEIRA

O Ministério das Finanças anuncia que vai abrir um concurso internacional para a concessão exclusiva de exploração dos jogos sociais, através de um procedimento limitado por qualificação prévia, segundo anunciou no seu portal.

23

QUARTA-FEIRA

As transferências monetárias destinadas às famílias vulneráveis, ao abrigo do programa Kwenda, vão poder ser pagas através de telemóvel a partir do próximo mês, revela o director do Fundo de Apoio Social (FAS), Belarmino Jelembi.

24

QUINTA-FEIRA

O ex-vice-Presidente da República, Manuel Vicente, nega em comunicado, ter-se apropriado de 193 milhões de euros da Sonangol, como denunciou o antigo gestor de Isabel dos Santos, Mário Leite da Silva.



25

SEXTA-FEIRA

O líder da UNITA, Adalberto Costa Júnior, manifesta preocupação com acusações relativas à petrolífera Sonangol e ao envolvimento de "figura relevante" da presidência da República em actos de alegado favorecimento em negócios.



19

SÁBADO

O Tribunal de Contas (TC) admite, pelo consultor de comunicação e imagem, Gonçalo Leitão, a realização de auditoria à gestão do Banco de Poupança e Crédito (BPC), mas nega que o inquérito já tenha conclusões.



20

DOMINGO

A administração Geral Tributária (AGT) realiza leilão público online de 289 lotes de mercadorias diversas, estimando arrecadar mais de 166 milhões de kwanzas.



SEGUNDA-FEIRA

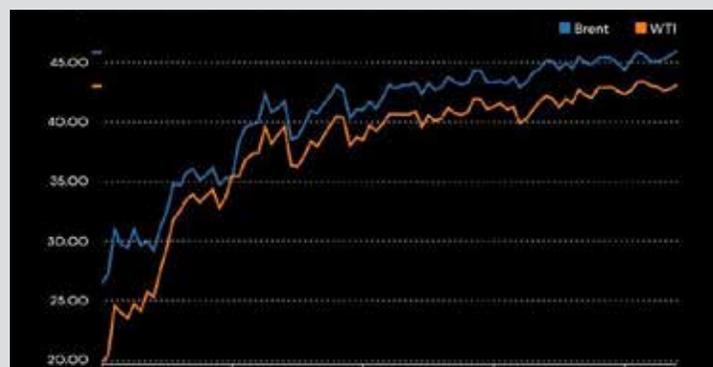
O presidente do conselho de administração da Sonangol anuncia que está concluído o trabalho técnico para a retirada de subsídios aos combustíveis, cabendo agora a decisão final ao Governo.

COTAÇÃO



PETRÓLEO VOLTA A SUBIR...

O petróleo começou a semana com quedas ligeiras, mas rapidamente recuperou graças à subida das acções no mercado e o enfraquecimento do dólar. O Brent, referência às exportações angolanas, negociou a 42,83 dólares, depois de encerrar a semana passada nos 41,92 dólares. Já o WTI negociou a 40,58 dólares.



ACÇÕES DE BANCOS EUROPEUS RECUPERAM...

A mesma tendência tiveram as acções europeias que recuperaram, nesta segunda-feira, depois de terem registado perdas na semana passada. Em causa, esteve a compra de acções enfraquecidas e a subida dos lucros das indústrias chinesas. O FTSEurofirst 300 subiu 2,18%, ao obter 1.410 pontos, enquanto o pan-europeu STOXX 600 alcançou 2,22%, ao somar 363 pontos, após cair 3,6% na semana anterior.

Economia/política

TRÊS ANOS DE GOVERNAÇÃO

Principais indicadores macroeconómicos contra JLo



João Lourenço foi investido no dia 26 de Setembro de 2017.

BALANÇO. No comando dos destinos do país desde Setembro de 2017, João Lourenço não tem, a seu favor, os principais indicadores sobre a evolução da economia. Desemprego, perda do poder de compra e agravamento vertiginoso do rácio da dívida, face ao PIB, estão entre os destaques de uma governação reprovada por mais de 80% dos angolanos.

Por Júlio Gomes

Dados do 'Inquérito ao emprego em Angola', do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que o desemprego atingiu 32,7% no segundo trimestre de 2020, valor superior em 0,7 pontos percentuais ao do trimestre anterior (32,0%) e 4,0 pontos percentuais relati-

vamente ao trimestre homólogo (28,7%). Quando João Lourenço assumiu o poder, em 2017, o índice de desemprego estava na ordem de 20%, ou seja, o Governo acumulou pela negativa 12,7 pontos percentuais.

Referindo-se a esses indicadores, em declarações recentes ao VALOR, o economista Alves da Rocha notou que, "com uma taxa de desemprego nos 32%, isto pode equivaler, para determinados níveis de produtividade, a uma perda de incremento do PIB à volta de entre 7 e 9 mil milhões de dólares por ano". E "se a esta

taxa de desemprego se junta a taxa de desemprego da juventude, que subiu para 57 ou 58%, segundo os últimos dados do INE, isto é uma catástrofe", sublinhou o reputado economista.

Justino Pinto de Andrade, político e economista, chegou igualmente a defender que "o aumento do desemprego é também uma consequência de algumas políticas erradas do Governo" ao discursar, na última semana, na abertura da reunião do Conselho Nacional do Bloco Democrático.

Entre os milhões que foram para o desemprego constam, por exemplo, as centenas de trabalhadores despedidos na banca, no ano passado, por força da retirada das licenças dos bancos Postal e Mais, por alegado incumprimento de aumento dos fundos próprios regulamentares. Só no Postal, foram mais de 600 funcionários despedidos, banco que tinha, entretanto, o rácio de solvabilidade nos 53%, muito acima dos 10% exigidos pelo BNA, o que, para determinadas correntes, a decisão do BNA foi politicamente motivada, uma vez que não existia risco de falência.

Saltando do desemprego para a inflação, a tendência de deterioração dos indicadores mantém-se. De acordo com o BNA, em Agosto, a inflação acelerou na ordem de 1,83%, registando-se um acumulado de 23,41% no mesmo mês. Em todo o ano de 2017, a subida acumulada nos preços foi de 23,67%, registo muito superior à previsão de 15,8% para o período entre Janeiro e Dezembro que o Governo inscrevera no OGE.

O pico da inflação, em 2017, foi, porém, registado entre Setembro e Outubro, período em que os preços em Angola aumentaram 2,39%, logo após as eleições gerais de Agosto. No ano anterior, o máximo da inflação registou-se em Julho quando o aumento médio de preços se fixou nos 4%, como reportam os dados do INE.

A instabilidade cambial é apontada como uma das razões para o aumento generalizado dos preços, assim como a implementação do IVA, em Outubro de 2019. Mas o Governo defendia, na altura, que a especulação e o açambarcamento contribuíam significativamente. "A investigação dos factores que influenciaram esta variação evidenciou que 22,34% da variação total não

FALHA NO SISTEMA INTEGRADO de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) provocou irregularidades com duplicação no pagamento dos salários da função pública referente a Setembro, de acordo com nota do Ministério das Finanças.

é explicada pelos factores (como escassez de produtos ou divisas), mas da especulação resultante da aplicação indevida do IVA e ao mero açambarcamento e restrição à concorrência por parte de alguns agentes comerciais, sendo que 22,66% é explicado pelo efeito dos factores estruturais, maioritariamente o excesso de liquidez no mercado reflectido na variação da taxa de câmbio”, escreveu o Ministério das Finanças, em nota enviada ao VALOR em Novembro de 2019.

O Ministério acrescentava que “5% da variação é explicada pela elasticidade do preço da procura destes produtos, dado que a sua demanda aumentou, em média, 3% no período em análise, devido ao aumento da população na mesma magnitude”.

O CÂMBIO FLUTUANTE...

Em 2017, João Lourenço encontrou o câmbio fixado em 165 kwanzas, mas, em Fevereiro de 2018, introduziu o regime de câmbio flutuante, o que levou o kwanza a derrapar bruscamente, face às moedas de referência estrangeiras. Na última semana, o dólar esteve a ser transaccionado acima dos 620 kwanzas no BNA, não variando muito nos bancos comerciais. O euro, que estava cotado em 199 kwanzas, em 2017, atingiu os 700 kwanzas nos bancos comerciais e mais de 900 kwanzas no mercado informal, batendo análises mais optimistas como a do Centro de Investigação de Temas Políticos e Económicos da África Austral (Cedesa), que considerou, em Agosto, que, “com os níveis de Reservas Internacionais actuais, não se deve esperar por uma forte depreciação da taxa de câmbio formal, nos próximos meses”.

A análise concluía que, com o ajustamento cambial registado entre 2019 e 2020, a taxa de câmbio formal já estava muito próxima dos valores de equilíbrio de mercado e que o diferencial entre a taxa de câmbio de referência (a que o BNA negocia com os bancos comerciais) e a informal não tem origem no mercado formal.

RÁCIO DA DÍVIDA TAMBÉM DISPAROU...

Nos últimos três anos, também é notável a tendência do aumento do rácio da dívida pública. O stock da dívida pública, em 2019, aumentou em termos nominais 48,7%, passando de 23 para 34,3 biliões



Mário Injates © VE

90

Por cento dos luandenses estão descontentes com a incapacidade do Governo de estabilizar os preços.

de kwanzas, equivalente a 71,9 mil milhões de dólares de acordo com o relatório de execução do Orçamento Geral do Estado de 2020 do Ministério das Finanças. Com o referido aumento, o rácio da dívida sobre o PIB passou de 84% para 110%, depois de já ter saído de 65% para 84% entre 2017 e 2018.

Falando ao VALOR sobre a temática, em Junho deste ano, o economista Alves da Rocha defendeu que a viabilidade da dívida dependia “das condições em contratação, como as condições da forma, tempo e o modo em que

Maioria esmagadora dos angolanos reprova Governo de JLO

Mais de três quartos dos angolanos (78%) consideram “mau” ou “muito mau” o desempenho do Governo na manutenção da estabilidade dos preços, outros 75% dão a mesma nota negativa na criação de emprego e na melhoria da condição de vida dos pobres, ao passo que 71% reprovam a gestão geral da economia.

As conclusões, divulgadas na última semana, são da Afrobarometer, uma rede de pesquisa pan-africana e não partidária que coloca Cabinda e Luanda como as províncias mais des-

contentes com o Governo de João Lourenço.

Na capital, o nível de descontentamento chega mesmo aos 90% quanto à estabilidade dos preços, ao passo que 88% reprovam a inacção na criação de emprego. Números quase semelhantes ao descontentamento em Cabinda: 90% contra a incapacidade do Governo de criar emprego e 89% contra a instabilidade dos preços.

O inquérito abordou 2.440 angolanos adultos entre 27 de Novembro e 27 de Dezembro de 2019.

Quadro comparativo de alguns indicadores

Ano	2017	2020
Taxa de desemprego	20%	32,7%
Desemprego nos jovens	46%	58 %
Inflação	23,67%,	23,41% (Agosto)
Rácio da Dívida	67%	110%
RIB	Usd 22 mil milhões	Usd 14,87 mil milhões
Recessão	-2	-4,8

a mesma foi adquirida, ou seja, condições com as taxas de juros e de onde ela vai ser aplicada”. E acrescentou “ser altamente prejudicial” um Governo “contrair dívida para comprar veículos para ministros ou deputados, ou ainda para construir edifícios de utilidade duvidosa”.

No caso de Angola, entretanto, encontram-se alguns gastos com recursos a financiamento que se questionam. Por exemplo, ainda este mês de Setembro, o Presidente da República aprovou um acordo de financiamento no valor de 108 milhões de euros com o britânico BSBC BankPlc e outras instituições financeiras para a aquisição de bens e equipamentos móveis para o governo de Luanda.

E SOBRE A CORRUPÇÃO...

Tido como o principal activo da governação de João Lourenço, o combate à corrupção, à impunidade e ao clientelismo continua, entretanto, por reunir consensos quanto aos resultados alcançados. O tema da independência da justiça, da transparência dos processos e da selectividade da agenda continua a dividir as opiniões. E casos mais recentes, como o de Edeltrudes Costa, são agora apontados como verdadeiros testes à consistência e à transparência de João Lourenço.

O político Sapalo António, por exemplo, entende que o desfecho do ‘caso Edeltrudes Costa’ será determinado pela “conveniência de João Lourenço porque não há instituições autónomas”. “Temos de entender a jogada de João Lourenço”, reforça, salientando que “todos os indivíduos que são do agrado de João Lourenço estão assegurados” neste combate à corrupção, que considera “selectivo”. Para Sapalo António, o chefe do gabinete de João Lourenço pode ser protegido, visto tratar-se de “um dos maiores carrascos das eleições”.

Na última semana, uma investigação da estação portuguesa TVI revelou que João Lourenço terá favorecido o seu chefe de gabinete, através de contratos públicos milionários com a empresa EMFC. Enquanto isso, a sociedade continua sem ter números sobre os valores alegadamente recuperados no âmbito do repatriamento coercivo de capitais ou dos dinheiros eventualmente entregues com o repatriamento voluntário.

Mercados & Negócios

CRUZAMENTOS ENTRE INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO

Documentos ligam Carlos Saturnino a negócios com a Sonils

PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA. Antigo PCA da Sonangol acumulou, por determinados períodos, cargos de chefia na Sonils e em empresa prestadora de serviço da mesma. Tem ainda ligação com empresa que recebeu dividendos mesmo sem ser accionista formal.

Por César Silveira

penhou o cargo de director de uma das consultoras da empresa.

Carlos Saturnino faz parte do conselho de gerência da Sonils desde o início das operações da empresa, tendo, em 2015, passado a desempenhar o cargo de presidente do referido conselho.

Enquanto isso, desempenhava, desde 2011, o cargo de director da BGI Consulting, empresa que, desde 2010, presta serviço de consultoria, auditoria e inspeção à Sonils. Conhecida anteriormente por DMS Development and Management Strategies Limited, a BGI está registada em Londres. Investiga-

ção internacional sobre ligações do investidor Michel Sigaud em África cita, entretanto, Carlos Saturnino como um dos accionistas da consultora.

“Existe uma empresa denominada GBI Consulting Ltda que tem como accionistas ordinários Sigaud, Volpi, Perrucci e Carlos Saturnino e conta com mais 2 funcionários da Sonils. Esta é a única ligação comercial directa entre Saturnino e Sigaud, para além do facto de Sigaud ter sido accionista da Sonils através da Intels e Saturnino desde 1993 entrar no conselho da Sonils”, lê-se na investigação.

O antigo presidente do conselho de administração da Sonangol, Carlos Saturnino, tem várias ligações de negócios com a Sonils, empresa da qual foi presidente do conselho de gerência, num período que coincide com o que desem-

de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Gamal Abdel Nasser, n.º 1-B;

Que, Sâmia Mayra Moreira Alves Dias, no uso dos poderes a si conferidos altera a denominação da sociedade de «Dassaca, Limitada», para «DIPROMED — Distribuição de Medicamentos, Limitada»;

A Sâmia Mayra Moreira Alves Dias, divide a sobredita quota da sócia (Djavana Stephanie Saturnino Guerra e Oliveira), no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), em três novas quotas, sendo a primeira quota no valor nominal de Kz: 65.000,00 (sessenta e cinco mil kwanzas), que cede a sociedade (SHOGUNE — Investimentos e Participações, S. A.), a segunda, no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), que cede à (Simosos, Limitada) e outra no valor nominal de Kz: 5.000,00 (cinco mil kwanzas), que reserva para a sua mandante (Djavana Stephanie Saturnino Guerra e Oliveira);

Acto contínuo, a Sâmia Mayra Moreira Alves Dias, no uso dos poderes que lhe foram conferidos cede a totalidade da quota do sócio (Carlos Saturnino Guerra Sousa e Oliveira) pelo seu respectivo valor nominal a «SHOGUNE — Investimentos e Participações, S.A.», valor este já recebido pelo cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação;

Que a sociedade (SHOGUNE — Investimentos e Participações, S.A.) aceita as quotas cedidas a si e unifica em uma quota única no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas);

De igual modo a «Simosos, Limitada», aceita a quota cedida;

Que a que a sociedade (SHOGUNE — Investimentos e Participações, S.A.) e «Simosos, Limitada», são admitidas como novas sócias;

Em função do acto praticado altera-se a redacção dos arti-

Dec

demais

Est

Car

Luanda

Isra

da Con

do Gui

Sati

sentada

corrent

Cer

maior,

Provinc

Bairro

constit

«Celcio

que se

Est

Cor

do Gui

2016. —

SOUSA, Carlos Saturnino Guerra E Oliveira

Endereço correspondente

C / O Gbi Consulting Ltd, 6º andar, 4-5 Grosvenor Place, Londres, Reino Unido, SW1X 7DG

Função	Data de nascimento	Nomeado em	Renunciou em
Diretor	Agosto de 1957	15 de abril de 2011	1 de abril de 2016
Nacionalidade	País de residência	Ocupação	
Angolano	Angola	Diretor da Sonils e presidente do comité de operações	

Consulta a alguns relatórios da Sonils mostram que, por exemplo, pagou, em 2013, pelos serviços prestados pela BGI 11 milhões de dólares, enquanto em 2014 pagou 8,5 milhões. Em 2016, os custos foram de 7,2 milhões de dólares. Valores considerados “altíssimos” por quem conhece o mercado, estimando-se que “o valor seria 3 ou 3,5 milhões de dólares por ano no máximo”.

LIGAÇÕES COM A SOCALOP
Dados em posse do VALOR mostram que Carlos Saturnino também tem ligações muito próximas com a Socalop, uma das duas empresas que receberam dividendos da Sonils, entre 2004 e 2012, no valor de 23 milhões de dólares mesmo sem fazerem parte da estrutura formal de acionista. A ligação de Saturnino com a Socalop é por via da Shogune, que participa da estrutura acionista da

Sonangol Integrated Logistic Services

Valores expressos em Dólares dos Estados Unidos da América

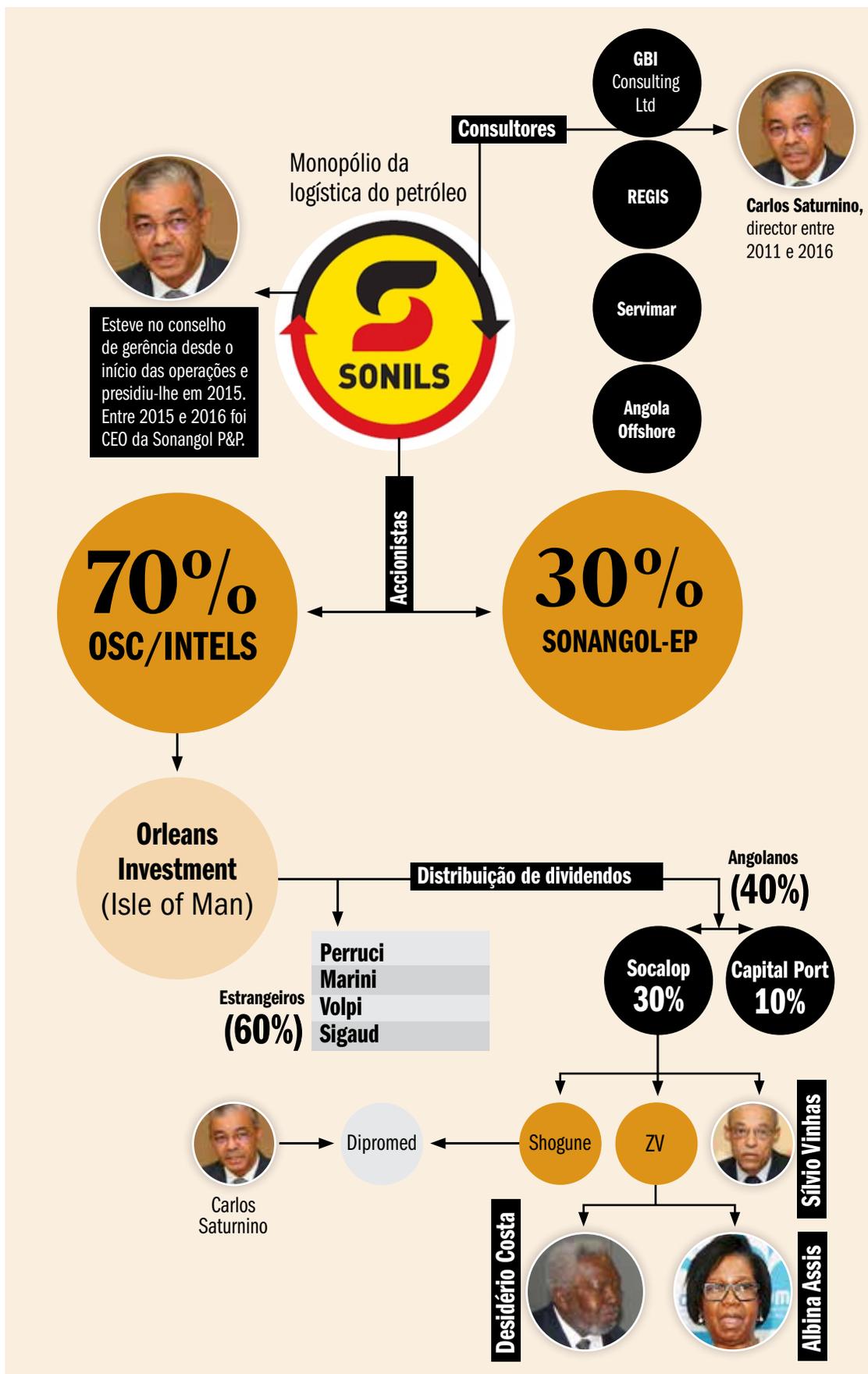
(a) Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	Dez-14	Dez-13
AT-Estrang-Hon/O Enc (a1)	37.695.444	30.204.025
Consultoria, Auditoria & Inspeção (a2)	8.502.072	11.054.145
Combustível e Lubrificantes (a3)	15.234.733	13.917.019
Custo de Manutenção, Conservação & Reparação (a4)	20.601.300	16.041.482
Catering	11.849.374	10.537.304
Aluguer Viaturas, Camiões e Equipamento Pesado	7.401.311	7.812.721
Rendas Fixas & Variáveis (a5)	8.190.872	6.308.015
Vigilância e Segurança-resid./OSC	3.829.097	3.731.130
Remoção de Lixo, Limpeza e higiene	4.437.024	3.885.753
Outros Custos Operacionais	5.477.493	6.141.706
Seguros Base, Equipamentos e Operações	1.891.514	1.761.383
Telecomunicação, Internet & Correios	3.235.668	2.999.339
Águas Base e Residências (a6)	3.547.594	1.942.419
TOTAL	131.893.497	119.336.440

O PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO determinou a contratação pelo “critério material urgência” a contratação de consultoria financeira para o processo de desinvestimento da Sonangol Holdings na Puma Energy International Holdings.



Mário Marques © VE



Indícios de participação de negócio

As várias ligações de negócios de Carlos Saturnino com a Sonils indiciam a prática de participação económica em negócio, punível no artigo 40 da Lei Sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais. “O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, de todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar, é punido com pena de prisão de seis meses a 5 anos,” lê-se no ponto 1 do referido artigo.

À luz do referido artigo, estão também sujeitos a penas de prisão o funcionário que, por qualquer forma, receber para si, ou para terceiros, vantagem patrimonial por efeito de acto jurídico-civil relativo ao interesse que à disposição para administrar ou fiscalizar ainda que sem lesar. No caso, a pena prevista é de até 6 meses.

sar de a Sonangol passar a detentora de 100% da Sonils, em 2014 estavam reservadas nas contas da Sonils 51,5 milhões de dólares para pagamento de dividendos à Orlean Invest Holding (que depois troca de denominação para Inloc) referente ao exercício 2013 e 2014

“Porquê quando a mesma Inloc já é detida a 100% pela Sonangol. Estão a fazer transferência de dividendos para offshore da Isle of Man”, argumentou quadro sénior da petrolífera, estimando que estes valores “foram mesmo exportados”.

TENTATIVA DE VENDER SONILS DESVALORIZADA

Documentos em posse do VALOR mostram que em 2016 a Socalop e a Capital Port SA estiveram prestes a comprar 40% da Sonils a um preço, considerado de oferta por quem acompanhou o dossier. E, mais uma vez, Carlos Saturno aparece no centro do negócio. Era a esta altura presidente do conselho de gerência da Sonils e foi o responsável por aprovar a venda.

Antes de deixar a Sonangol, acordou a venda de 40% da Sonils às duas empresas por pouco mais de 13 milhões, mas com a sua saída o negócio não avançou. A administração que sucedeu a sua entendeu que o valor estava bastante subvalorizado, tendo em conta que a Sonangol, em 2011, pagou 297 milhões de dólares por 70% da empresa.

Depois de verem rejeitadas a oferta de 13 milhões, as empresas tentaram pagar 40 milhões dólares pelos 40%, mas “a Sonangol voltou a não aceitar e com razão, tinha pago, numa base de avaliação, 429 milhões de dólares por 100% da Sonils. Portanto, 40% não podia valer nem 15 nem 40 milhões de dólares”.

“Mas a acta do conselho de administração da Sonils já estava passada e assinada a concordar com a venda de 15 dos 40% no valor de 15 milhões de dólares”, recorda antigo quadro da Sonangol.

MEMORIZE

- **A Sonils foi criada em 1995** e tem o monopólio da logística do petróleo. Inicialmente a Sonangol detinha 30% da participação e a Orleans Investment 70%, mas desde 2011 a Sonangol passou a deter 100%.

Socalop. Em 2016, por exemplo, a Shogune passou a controlar as participações de Carlos Saturnino na Dirpome - Distribuição de Medicamentos.

Na edição passada, entretanto, o VALOR fez referência apenas aos nomes de Albina Assis e Desidério Costa como pessoas com ligações à Socalop e Capital Port.

Criada em 1995, a Sonils foi desde então detida pela Sonangol (30%) e a Orlean Invest Holding (OI OSC). Em 2011, a petrolífera nacional adquiriu, por 297 milhões de dólares, a participação da OI OSC, passando a deter 100% da empresa.

Ainda assim, Socalop e Capital Port, SA continuaram a reclamar dividendos de mais de 55 milhões correspondentes ao período 2012/2014, quando a Sonangol já era o proprietário único da empresa.

Documentos consultados pelo VALOR mostram que, ape-

Mercados & Negócios



RESULTADO DE QUATRO DOS MAIORES BANCOS CRESCEU 8,82%

BAI e BMA lucraram menos no primeiro semestre

BALANÇO. BFA registou o maior crescimento entre os maiores bancos, mas também foi o que menos emprestou no primeiro semestre. BIC lidera na carteira de crédito, enquanto o BAI tem a menor cedência de crédito no período homólogo.

Por Júlio Gomes

Os lucros de quatro dos cinco maiores bancos cresceram 8,82%, ou mais 13,9 mil milhões de kwanzas, ao passarem de 138,6 para 150,8 mil milhões de kwanzas, no primeiro semestre de 2020, face ao período homólogo.

O BFA é o que mais contribuiu para o crescimento, com o

aumento de 52,38%, ao passar de mais de 47,7 mil milhões para 72,7 mil milhões de kwanzas, seguindo-se o BIC, cujo resultado líquido aumentou 23,6%, passando de 23,7 para 29,3 mil milhões de kwanzas.

Já os bancos BAI e Millennium Atlântico viram os lucros recuarem. Os do Banco Millennium Atlântico passaram de pouco mais de 11 mil milhões de kwanzas para mais de 9,3 mil milhões de kwanzas, um recuo de 15,62%. No caso do BAI, o recuo foi na ordem dos 28%, ao descer de mais de 56 para 40,4 mil milhões de kwanzas. O

Banco Económico, outra instituição que faz parte do 'top five', ainda não tem disponível o balancete do período em referência.

BIC SUPERA NO CRÉDITO

No período em análise, entre as quatro entidades bancárias, o BIC é o que, no balanço, apresenta a maior carteira de crédito, com empréstimos na ordem de 594 mil milhões de kwanzas, quando, no ano passado, cedeu aos clientes 448,5 mil milhões, significando um aumento de 21,59%.

O Banco de Fernando Teles e Isabel dos Santos é secundado

9,3

Mil milhões de kwanzas, lucros do BAI e do Millennium Atlântico

representando um acréscimo de 11,23%.

Já o Banco BAI no mesmo quesito contraiu cerca de 0,81% ao terminar o semestre com um saldo na carteira de crédito de 422,1 mil milhões de kwanzas em comparação aos 418,7 mil milhões de kwanzas do mesmo período de 2019.

O BFA, com um saldo de 322,4 mil milhões de kwanzas, é o que menos emprestou, mas registou um aumento de 11% na carteira face ao período homólogo de 2019, em que o saldo foi de 290 mil milhões.

pela instituição que, em 2016, resultou da fusão dos bancos Millennium e Atlântico. O BMA concedeu 462,7 mil milhões face aos cerca de 416 mil milhões de kwanzas do período homólogo,

ATÉ 50 MILHÕES USD PARA O INVESTIMENTO

Streit Group avalia condições para implantação de fábrica de veículos pesados

O Streit Group, maior fabricante de veículos blindados do mundo, tenciona implantar, na Zona Económica Especial Luanda Bengo (ZEE), uma fábrica de montagem de veículos pesados. O valor de investimento inicial é de 30 a 50 milhões de dólares.

Segundo o presidente do consórcio de capitais russo-canadianos, Guerman Goutorov, as condições apresentadas

pela ZEE são "satisfatórias e ideais", em termos de energia e água. No entanto, concorrem com as apresentadas por outros países africanos, como a Zâmbia, que também estão em estudo para implantação da fábrica. A decisão do país a escolher será tomada no final deste ano.

O grupo pretende montar veículos pesados da marca Kamaze e Man, além de blindados e especiais. A iniciativa gerará um total de 1.300 postos de trabalhos directos, 500 dos quais na primeira fase.



A UNITEL É O FUTURO

A velocidade com que te ligas
ao futuro faz toda a diferença.



**ACTIVA JÁ O TEU 4G
E NAVEGA MAIS RÁPIDO
E EM ALTA DEFINIÇÃO
PELO MESMO PREÇO.**

www.unitel.ao

UNITEL

Entrevista

DIÓGENES DE OLIVEIRA

“O INADEC não deixará de fiscalizar o mercado de consumo”

Numa altura em que se perspectiva a actualização da Lei de Defesa do Consumidor, o director do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, Diógenes de Oliveira, aponta as necessidades de revisão do diploma. E explica de que forma o Inadec deverá manter a fiscalização do consumo, apesar da previsão do surgimento de uma ‘entidade única inspectiva’.

Por Júlio Gomes

Com e c e m o s por questões conceptuais. Como deve ser interpretado o direito do consumidor?

O direito do consumidor está ligado a tudo aquilo que vemos ou consumimos no dia-a-dia. Começando pela nossa alimentação, bebidas, transportação, saúde, educação e demais prestações de serviços. Ou seja, a relação de consumo é transversal. Logo, advogar que sejamos bem atendidos no processo de adesão destes produtos ou serviços é uma interpretação clara do direito do consumidor. Segundo a actual Lei, é uma faculdade que se baseia na confiança e na protecção legal.

Há, entretanto, uma proposta de revisão da actual Lei de Defesa do Consumidor. Porquê?

Porque a actual Lei deixa algumas lacunas que permitem aos comerciantes ‘deambularem’ à volta da mesma. Por isso, precisamos de uma legislação forte e mais actualizada.

De que lacunas fala?

Por exemplo, a lei em vigor não

especifica que, se um produto estiver próximo do prazo de expiração, deve ser retirado com antecedência da prateleira. A lei só fala em depois de expirar. Sobre as molduras de penalizações ou sanções em caso de infracção, não define as penas que devem ser aplicadas em função da sua gravidade. Ou seja, uma cantina que comete irregularidade igual a um supermercado tem as mesmas multas.

Essas insuficiências de natureza legal colocam-se também em relação ao comércio electrónico que, no nosso caso, acabou impulsionado pela pandemia?

Na verdade, hoje o comércio electrónico, ou em plataforma comercial, é um facto, mas, sobre isto, a lei vigente nada dita. Está pronta, entretanto, uma proposta de Lei de Defesa do Consumidor que, desde Março, tem estado a receber contributos significativos da sociedade. Esse novo instrumento legal deverá ajustar-se à realidade do consumidor nacional e actualizar algumas insuficiências na Lei n.º 15/03 de 22 de Julho, a Lei de Defesa do Consumidor.

Passemos para o INADEC. Como é a sua gestão?

A minha filosofia assenta-se numa liderança aberta, participativa, com



Mário Marques © VE

comprometimento à causa e com nunca esmorecer diante de situações que, aparentemente, se apresentam estar vencidas. A nossa política, a princípio, passou por resgatar a confiança do cidadão nas instituições públicas, depois por servir o consumidor com justeza e, finalmente, por levar os problemas dos consumidores, que nos têm chegado, como se fossem nossos.

Há a ideia de que a defesa do consumidor não é suficientemente divulgada. Concorda?

O direito do consumidor no país, até há seis anos, não era tão divulgado. Dito de outra forma, a divulgação era deficitária, pelo que era mesmo desconhecido por grande parte da sociedade. Hoje, a reali-

dade já nos mostra o contrário, há mais cidadãos atentos e que fazem valer esse direito, dever e obrigações, enquanto consumidores.

Quem mais reclama deve ser o consumidor das zonas urbanas. E o do meio rural?

Pelos números que possuímos, os consumidores que mais reclamam são aqueles que têm um nível académico mais elevado. Há juizes, professores, advogados, médicos, estudantes universitários, um pouco de tudo.

E nas aldeias onde o analfabetismo é elevado?

Reconhecemos que há consumidores, no interior do país, que não falam a língua portuguesa, por isso

temos feito a divulgação do direito do consumidor através de campanhas radiofónicas e televisivas, com sensibilização em línguas regionais, como o Kimbundo, Umbundu e Fyote. Ainda temos muito por fazer, mas a falta de recursos impede-nos de produzir ainda melhor. Temos poucos recursos humanos e financeiros para levar a cabo diversas actividades de sensibilização através da informação e educação, que é uma das responsabilidades legais que o Inadec deve cumprir e fazer cumprir. Aliás, só estaremos satisfeitos quando um cidadão puder, por si só, resolver os seus próprios problemas, enquanto consumidor, sem precisar da intervenção de um ente do Estado.

Como pensa ultrapassar a falta de recursos humanos?

A situação é preocupante. Actualmente, temos 133 funcionários a nível nacional, mas precisamos de mais recursos humanos, sobretudo nesta altura em que apregoamos a diversificação urgente da nossa economia. Isso passa necessariamente pela aceleração da relação de consumo, o que carece de fiscalização permanente. Existem províncias em que o Inadec é apenas representado por três ou duas pessoas. É o caso do Cunene, onde há apenas uma auxiliar de limpeza e o chefe, para servirem às populações dos seis municípios.

E que províncias têm mais insuficiências?

As províncias fronteiriças como Cabinda, Cunene, Kuando-Kubango, Lundas Norte e Sul, Moxico e Zaire, onde entram grandes quantidades de produtos, sobretudo alimentares, e não são fiscalizadas na sua plenitude.

O Ministério do Comércio e Indústria está ao corrente dessas preocupações?

Essas preocupações já são do conhecimento do órgão de superintendência. Também apresentámos os mesmos problemas aos Ministérios das Finanças, do Trabalho e Segurança Social para que, urgentemente, se possível for, se possa abrir um concurso público para a adesão de quadros para reforçar o Inadec.

Numa entrevista recente, o titular do Comércio e Indústria referiu-se à retirada da função de inspecção ao Inadec. O que isso representa? Primeiro, deixe-me esclarecer o seguinte: o Inadec nunca inspecionou por não ser sua competên-

“Nós incutimos nos técnicos do departamento de medição e resolução de conflitos do Inadec o seguinte: primeiro, é sempre necessário fazer perceber ao fornecedor que ele também é consumidor.”

cia fazê-lo. Agora, é verdade que, por força da Lei de Defesa do Consumidor vigente, o Inadec fiscaliza o mercado de consumo. E isto o Inadec não deixará de fazer. Dou um exemplo: o Decreto Presidencial n.º 234/16, que estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais terem o selo e o livro de reclamação resguarda que o Inadec é competente para comercializar, fiscalizar e até sancionar. Mas não é por aqui que o Inadec se enquadra.

Então, onde se enquadra?

O Inadec tem carácter de fiscalizador da legalidade na relação de consumo, ou seja, tem a legitimidade de mandar retirar de circulação produtos ou bens que atentem contra os direitos do consumidor.

Mas também manda encerrar estabelecimentos comerciais...

Pode solicitar o encerramento de um estabelecimento comercial e concomitantemente a retirada da sua licença comercial ou alvará sempre que estiver em causa e/ou na eminência de se violarem os nossos direitos, enquanto consumidores. Além disso, o cidadão consumidor, por si só, também fiscaliza, só pelo facto de estar atento às irregularidades dos comerciantes.

No fundo, além de fiscalizar o Inadec também sanciona, certo?

Nós fiscalizamos o mercado de consumo, enquanto autoridade para o efeito. A fiscalização é um acto que todos nós, enquanto consumidores, temos feito reiteradas vezes, como, por exemplo, na verificação dos prazos de validade de um determinado produto e na exigência da qualidade no fornecimento de bens e serviços. A isso podemos chamar de fiscalização. Agora, a diferença é que o Inadec, além de fiscalizar, também lhe compete sancionar, situação que se achou prudente não efectuar mais, mas sim ficar a cargo de uma ‘entidade única inspectiva’. Aliás, outros aspectos também estão a ser analisados na comissão criada.

Admite, entretanto, que fica esvaaziado o papel do Inadec?

O Inadec não deixará de fiscalizar, só que a acção sancionatória ficará a cargo da entidade inspectiva que está a ser criada. Uma das políticas assertivas que esta direcção advoga é a educação, ou se assim podemos chamar, a ‘literacia para o consumidor’. De todas as formas, já temos feito constantemente a educação para o consumidor. Sempre defen-



Mário Mujetes © VE

demos que um povo instruído é uma mais-valia para qualquer sociedade, como também se evita uma sobreposição de vontades ou práticas abusivas por parte do fornecedor.

“O TRABALHO DO INADDEC É A CUSTO ZERO”

Com a retirada da componente sancionatória das competências do Inadec, pretende-se acabar com aquela ideia de o instituto, muitas vezes, se substituir aos tribunais? Não existem magias nem segredos. Nós incutimos nos técnicos do departamento de medição e resolução de conflitos do Inadec o seguinte: primeiro, é sempre necessário fazer perceber ao fornecedor que ele também é consumidor. Segundo, mos-

trar às partes que a via extrajudicial é benéfica para as partes, porque poupa tempo, não se gasta dinheiro e mais: o fornecedor tem a possibilidade de credibilizar o seu negócio, mediante aquele espírito segundo o qual ‘com um consumidor satisfeito ganha mais 20 clientes e com um consumidor insatisfeito perde 100 clientes’. Por fim, é o comprometimento pela causa e a satisfação do dever cumprido.

Há alguma circunstância em que o consumidor ou queixoso tem de pagar os serviços do Inadec?

Não. Os nossos serviços não têm nenhum custo. Nem mesmo quando, infelizmente, temos de remeter um processo para o tribunal. Resumindo, o trabalho do Inadec é a custo zero.

PERFIL

Natural de Luanda e licenciado em Direito, Diógenes de Oliveira foi ‘pescado’ da presidência da então “acutilante” Associação Angolana do Direito do Consumidor (AADIC). Autor de um livro com mais de 300 páginas sobre o direito do consumidor, o responsável do Inadec quer “resgatar a confiança do cidadão nas instituições públicas” e levar os problemas dos consumidores como se fossem dele.

Existem províncias em que o Inadec é apenas representado por três ou duas pessoas. É o caso do Cunene, onde há apenas uma auxiliar de limpeza e o chefe.

Como vê a inexistência nos tribunais de salas específicas para dirimir conflitos de consumo?

Lamentamos não haver, nos nossos tribunais, salas específicas para dirimir os conflitos de consumo, apesar de o direito do consumidor ser especial, fundamental e parte integrante dos Direitos Humanos. O quadro tende, contudo, a mudar. Claramente, com o surgimento de salas específicas no futuro, a resolução dos conflitos de consumo tornar-se-á mais célere e as decisões daí emanadas terão outro pendor.

Qual é o balanço com a entrada do número 126 do call center?

A linha de consumo, como preferimos chamar ou call center 126, é uma linha telefónica do Inadec

criada para atender reclamações, denúncias, para dar informações e prestar apoio jurídico. Esta Linha é extensiva a todas as províncias e a chamada é grátis para as operadoras de telefonia Movicel, Angola Telecom e Unitel. Portanto, não há custo adicional para o consumidor. Nos primeiros 30 dias de funcionamento, recebemos 1.854 chamadas, com Luanda a corresponder 75% das chamadas e as restantes províncias 25%.

E quanto à resolução de conflitos?

A balança de resolução de conflitos é ainda bastante baixa, porque temos apenas 10 colaboradores no Departamento de Resolução e Mediação de Conflitos, por falta de técnicos e de cultura jurídica por parte dos consumidores. Muitas vezes, situações de simples resolução entre o fornecedor e o consumidor chegam-nos para o devido tratamento.

Sabe-se que os serviços da banca e da saúde têm sido muito contestados pelo consumidor...

Sim. A ineficácia desses serviços já tem criado conflitos preocupantes. Face a esta situação, no dia 15 de Janeiro deste ano, assinámos um protocolo com o CNEF – Conselho Nacional de Estabilidade Financeira, com o qual estamos a trabalhar em programas de sensibilização dos cidadãos em educação financeira. Infelizmente, a covid-19 desacelerou um pouco o trabalho, visto que este trabalho estava a ser feito nos mercados. Sobre a saúde também já se nota que o cidadão se preocupa em denunciar as irregularidades que comprometem a relação de consumo. Sobre este quesito, saúde, há muito por se fazer e isto não depende só do Inadec.

Por causa da pandemia, os taxistas, para compensar o limite de passageiros, encurtaram as rotas. Há reclamações persistentes da população. O que o Inadec pensa fazer?

É uma situação preocupante que merece uma análise cuidadosa, por não ser só um assunto do Inadec. Mas essa especulação é uma prática fraudulenta, é crime.

Que saída aponta?

Devemos, sim, resolver essa situação que preocupa a todos e uma das formas de resolver é olharmos para as nossas consciências, ou melhor, de cada cidadão. Devemos partir do pressuposto de que não se deve fazer aquilo que não gostaria que nos acontecesse.

DE JURE

AMEAÇA DE UMA NOVA GREVE

Funcionários do TS exigem salário igual ao dos demais tribunais

CONFLITO. Subscritores lembram que a situação da correspondência salarial dos funcionários do TS é o único ponto não resolvido do memorando do encontro de trabalho sobre os problemas do TS, presidido pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, com a participação dos ministros das Finanças e da Justiça e dos Direitos Humanos, assim como do presidente do TS.



PARA CONTROLO

Código dos benefícios fiscais sob consulta

Com o objectivo de recolher contributos das associações empresariais, socioprofissionais, académicas e demais interessados, o Código de Benefícios Fiscais está agora sob consulta pública.

A proposta de lei, de iniciativa legislativa presidencial e que aprova o Código dos Benefícios Fiscais, integra 44 artigos, oito capítulos e visa estabelecer um conjunto estruturado de regras e princípios que deve obedecer à criação e concessão dos benefícios fiscais, além de permitir um melhor controlo e acompanhamento.

“Os Benefícios Fiscais constituem um meio de intervenção estadual para a prossecução e concretização de determinados objectivos extra-fiscais de carácter social, económico, cultural, ambiental e outros, que, em dado momento e contexto, se revelam superiores à decisão de arrecadação de receitas”, lê-se na proposta, que poderá avançar, depois, para a Assembleia Nacional.

Por Redacção

ao pessoal do órgão máximo da jurisdição comum.

A deliberação, de acordo com o documento datado de 24 de Setembro e aprovado pelo plenário do TS, em 2016, para a correspondência salarial do quadro de pessoal com o dos demais tribunais superiores foi aplicada, apenas, aos juízes conselheiros.

“Se os juízes não trabalham sozinhos, se sem os funcionários eles não julgam, por que razão apenas se resolveu a situação salarial dos juízes conselheiros e a dos demais funcionários ficou indefinidamente postergada?”, questionam.

Os reclamantes sublinham que a persistência da situação poderá levar a uma nova greve, tal como

ocorreu em 2017. Para demonstrar o que consideram “injustiça remuneratória entre os tribunais superiores”, apontam como exemplos o facto de um técnico médio do Tribunal de Contas ter o salário três vezes superior ao do técnico médio do TS, acima do que recebe o técnico superior do Supremo.

Situação idêntica ocorre se comparado o salário dos funcionários do Supremo ao dos servidores do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Militar. Em contrapartida, acusam, o Tribunal Supremo tem maior volume de trabalho do que os demais tribunais superiores. Referem, como exemplo, que, no TS, há juízes com perto de 400 processos cada um, quando, no Constitucional, é

raríssimo encontrar um juiz com mais de 20 processos.

A responsabilidade que recai sobre os mesmos, recordam, como profissionais que estão na “linha da frente no combate à corrupção”, contribuindo para a recuperação de milhões do Estado e de outros activos.

Os subscritores lembram ainda que a situação da correspondência salarial dos funcionários do TS é o único ponto não resolvido do Memorando do Encontro de Trabalho sobre os Problemas do TS, presidido pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, com a participação dos ministros das Finanças e da Justiça e dos Direitos Humanos, assim como do presidente do TS.

Secretários judiciais, chefes de departamento, assessores, escrivães, oficiais de diligências e outros funcionários do Tribunal Supremo exigem a intervenção do Presidente da República para a igualdade remuneratória com os trabalhadores dos tribunais superiores.

Numa missiva dirigida a João Lourenço citada pelo Jornal de Angola, os funcionários do Tribunal Supremo (TS) relatam que, há seis anos, vêm apelando para a rectificação do salário atribuído



Alimentação e distribuição estão agora a produzir um novo leque de multibilionários.

ZHONG SHANSHAN

O homem mais rico da China vende água

BILIONÁRIOS. Ultrapassou Jack Ma no trono de mais rico e é o 17.º do mundo. Maior parte dos bilionários vêm do sector tecnológico, mas a tensão política entre os EUA e a China está a causar perdas às principais multinacionais da indústria tech. Alimentação e distribuição estão agora a produzir um novo leque de multibilionários.

A entrada em bolsa da sua Wantai Biological Pharmacy Enterprise em abril engordou os bolsos de Zhong Shanshan em cerca de 20 mil milhões de USD até agosto. O agora homem mais rico da China, com 66 anos, tem uma fortuna, triplicada em apenas algumas semanas, estimada em perto de 60 mil milhões de USD. A sua companhia farmacêutica está na corrida para o desenvolvimento de uma vacina para a Covid 19.

Mas o core dos seus investimentos é a Nongfu Springs que vende água engarrafada por todo o país e cuja entrada em bolsa já havia colocado Zhong Shanshan entre os três mais ricos do gigante asiático ao lado do fundador da Tencent Pony Ma e do da gigante Alibaba, Jack Ma que ultrapassa por dois mil milhões de USD. Este último provavelmente vai recuperar o pódio já que a entrada da Alibaba no mercado de acções de Hong Kong está prevista para breve e vai render-lhe mais cerca de 28 mil milhões de USD.

Zhong Shanshan, conhecido como lobo solitário devido ao seu perfil discreto, espelha o crescimento da classe empresarial chinesa para a esfera dos biliões.

No início do ano estudos apon-

tavam para que a China fosse o país com mais bilionários, mais do que os EUA e a Índia combinados. E espera-se que a tendência continue à medida que se vão listando mais empresas chinesas nos mercados internacionais. Segundo a Deloitte ainda este ano 100 novos bilionários vão emergir devido a um boom de estreias em bolsa.

Nascido na província de Zhejiang, em 1957, o 'lobo solitário' teve vários trabalhos andando de cidade em cidade, tornando-se agricultor e depois jornalista, o que surpreende devido a conceder muito poucas entrevistas. Tudo antes de se lançar no mundo dos negócios. Em 1993 fundou uma companhia que entre outras vendas desenvolveu um comprimido para tratar a disfunção eréctil e fundou como subsidiária a Nongfu Spring que iniciou a venda de água engarrafada que se tornou um gigante da indústria que vende para além das garrafas com tampa vermelha, chás, fruta, sumos e frescos.

Casado pai de três filhos, Zhong Shanshan que contruiu não uma mas duas empresas que produzem acima de 10 mil milhões de USD, torna-se o símbolo de um regresso ao dinheiro produzido no comércio e nos básicos de consumo, diferente do que a última década tem mostrado com a maior parte dos bilionários a enriquecer no sector da tecnologia.

(In)formalizando

TRESPASSES DE APARTAMENTOS NAS CENTRALIDADES

Compradores arriscam-se a ver contratos anulados

HABITAÇÃO. Impossibilidade de continuar com o pagamento da renda resolúvel está na base dos trespases ilegais. Comercialização começa a partir dos 16,5 milhões de kwanzas. Jurista alerta que contratos de trespasse podem ser anulados.

Por Guilherme Francisco

É pela internet que são divulgadas e negociadas as vendas de apartamentos nas centralidades do Kilamba e KK-5.000, através de ‘contratos’ de transferência de titularidade, os chamados trespases. Os preços começam a partir dos 16,5 milhões de kwanzas, isso para um apartamento T3+1, sem grandes remodelações e com apenas três anos de pagamento de renda resolúvel. Caso o imóvel tenha sido remodelado, o preço é negociado a partir dos 20 milhões de kwanzas, mas há quem conclua a venda com mínimos de 18 milhões. Se comparados aos de 2019, os preços registaram aumento médio de quase 4 milhões de kwanzas, já que, na altura, um T3+1 era negociado entre 12,5 e 13 milhões.

Para um T5, a negociação inicial é de 25 milhões de kwanzas,

valor que pode reduzir para entre 21 e 20 milhões, na eventualidade de o interessado estar pronto a pagar e se tiver alguns anos de renda resolúvel liquidados.

O preço do apartamento é fixado, independentemente da tipologia, com base nas condições de habitabilidade, remodelações feitas e os anos de pagamento de renda resolúvel. Ao que ao VALOR pôde apurar, a maioria dos apartamentos comercializados, de forma ilegal, com destaque nos blocos X, W e Z do Kilamba, tem apenas dois a três anos de rendas pagas ao Estado. Pelo que muitos acumulam dívidas de cinco a seis anos.

Vários intermediários, figuras que geralmente dão cara ao negócio nas redes sociais e sites de venda de imóveis, asseguram tratar-se, entretanto, de vendas legais. E, inclusive, como forma de “passar confiança”, referem que o documento (trespasse), depois de assinado pelas partes, é reconhecido pelo notário.

À MARGEM DA LEI

A verdade é que a venda de residências nestas centralidades sob

20

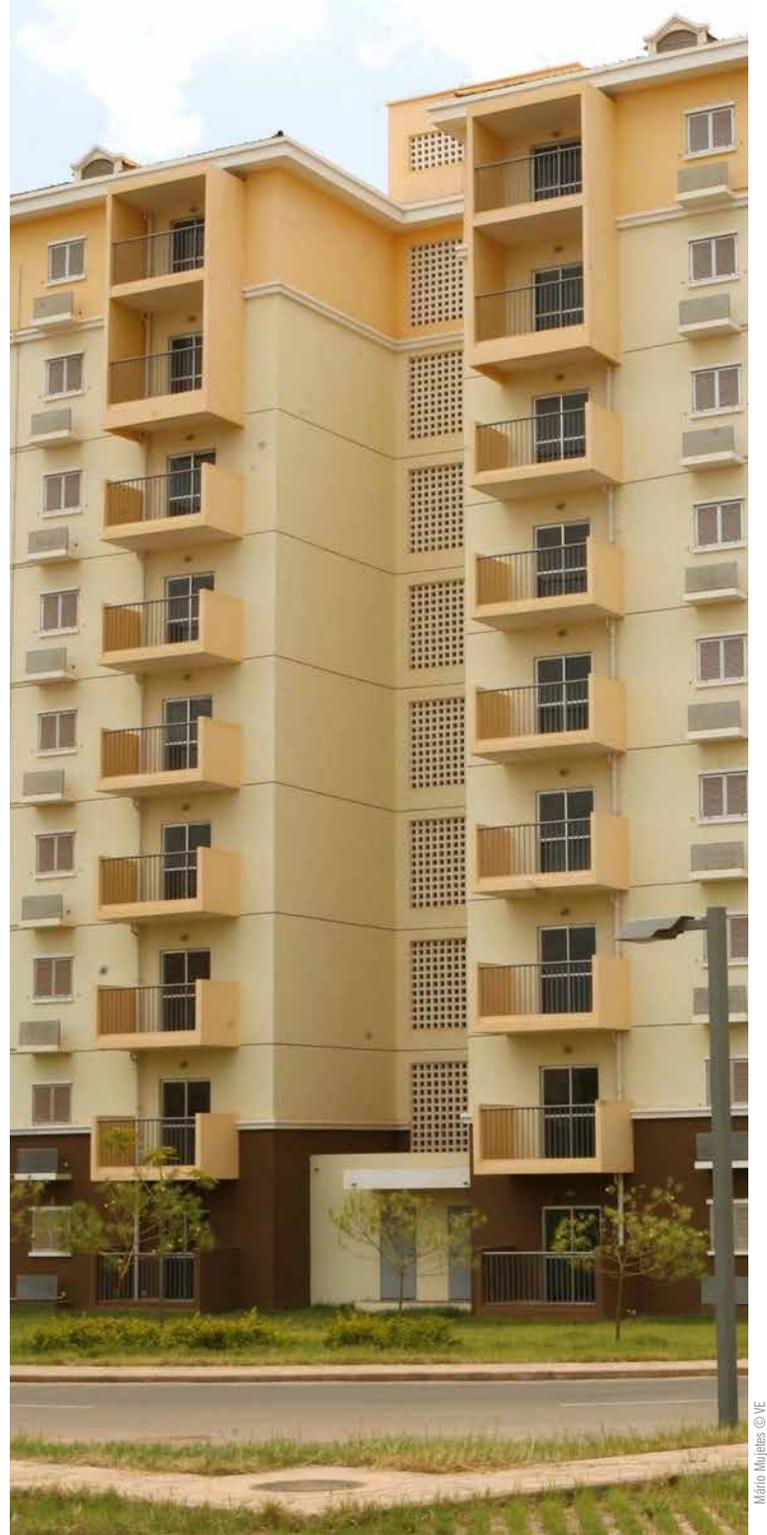
Milhões de kwanzas, valor mínimo cobrado para o trespasse de um apartamento T5 na centralidade do Kilamba.

gestão do Fundo de Fomento Habitacional (FFM) é ilegal, ainda que decorram sob o olhar desta entidade.

O advogado Aldemiro Quintas alerta que os residentes somente podem efectuar trespasse quando concluírem o pagamento total da habitação, pelo que o acto representa má-fé. “O contrato de compra do Fundo Habitacional é claro, não reconhece a figura do trespasse enquanto não se fizer a liquidação total das prestações na modalidade de renda resolúvel pelo único assinante do imóvel diante do Estado.

Portanto, é ilegal fazer o trespasse”, explica, avançando que o

Revendas são feitas à margem da lei.



Mário Mujetes © VE

“Estado pode anular o contrato com esses promitentes-compradores ou encontrar uma forma para negociar as dívidas, uma vez que as falhas constantes decorrem da desorganização das instituições do Estado por não ter mecanismos de controlo eficiente.”

Como alerta o jurista, o recebimento da figura do trespasse pelo notário “não dá valor jurídico-legal” da aquisição do imóvel. “Até as cláusulas contratuais são claras quanto a isso, o locatário, ao fazer isso, estará agir de

má-fé”, insiste Aldemiro Quintas.

Em Janeiro deste ano, durante a apresentação do portal de candidatura às casas da centralidade do Zango 5, o administrador do Fundo de Fomento Habitacional, Adilson Sousa e Silva, reconheceu a existência de aquisição de residências através de trespasse na centralidade do Kilamba. E, sem desencorajar a prática ou adiantar medidas de fiscalização, referiu que é considerado único proprietário do imóvel quem celebrou contrato com o FFH.

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Crimes financeiros em tempos de covid-19



Cláudia Sanchez,
Senior Consultant
EY, Business
Consulting
Services



Bruna Santos,
Consultant EY,
Business
Consulting
Services

Perante os novos desafios trazidos pela pandemia covid-19, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a redefinir as suas prioridades, dando mais ênfase à implementação de medidas que visam, primeiramente, preservar a saúde e segurança das pessoas, conter o alastramento do covid-19 e, por outro lado, medidas destinadas a assegurar a sustentabilidade das empresas e suportar o mercado de trabalho durante um período de reduzida actividade económica. Segundo um relatório publicado pelo BIS - Bank for International Settlements, um terço da população mundial esteve em confinamento e aproximadamente 300 milhões de trabalhadores a nível mundial estiveram a trabalhar remotamente, com destaque para funcionários de instituições

financeiras. Neste cenário, a resiliência operacional impõe-se como um dos grandes desafios enfrentados pelas organizações.

Assim, neste contexto de contingência, as instituições financeiras enfrentaram, e ainda enfrentam, grande dificuldade em manter a estrutura de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/CFT) desenhada para o business as usual. O principal desafio prende-se à necessidade de garantir que os processos e procedimentos que foram desenhados para execução no local de trabalho, sejam executados à distância com o mesmo rigor. Uma estrutura de controlo de PBC/CFT mais vulnerável é propensa ao surgimento de riscos associados a: (1) uma menor capacidade de realização de procedimentos de diligência, o que leva a uma utilização abusiva dos produtos/serviços financeiros disponibilizados; (2) aumento da fraude financeira e das burlas devido à incerteza económica e aos receios causados pela pandemia; (3) maior recurso ao financiamento através da economia informal; (4) maior oferta de investimentos fraudulentos, nomeadamente, sob a forma de esquemas Ponzi; (5) aumento de cibercrimes resultante do aumento massivo de operações financeiras realizadas à distância (online).

Assim, é necessário que as instituições, utilizando uma abordagem baseada no risco, implementem

um conjunto de acções que dêem resposta a estes desafios, nomeadamente: i) implementar planos de continuidade de negócios em resposta à crise que incluam a implementação de medidas PBC/CFT; ii) protocolos claros de trabalho à distância que garantam o pleno funcionamento das suas actividades, mesmo em tempos de incerteza económica; iii) promover uma utilização responsável dos serviços financeiros digitais; iv) definir um grupo de trabalho capaz de lidar com aspectos específicos desta crise no âmbito do quadro de PBC/CFT actualmente em vigor, avaliando o impacto da pandemia nos riscos e sistemas de PBC/CFT; e v) rever os processos e procedimentos instituídos garantindo que estes contemplem situações de contingência, desta forma minimizarem impactos de outras crises.

Decorridos sete meses após o início do confinamento, as instituições continuam a sentir os impactos da pandemia covid-19, sendo expectável que este efeito seja duradouro. Por isso, é crucial que os Compliance officers implementem medidas de curto prazo, visando adaptar os seus processos e procedimentos de controlo a um ambiente de trabalho remoto e digital, sem descuidar os desafios de médio e longo prazo que passam pelo maior alinhamento da função de compliance a uma agenda de transformação digital.

“A criação de novos mercados pode parecer assustadora, ou até mesmo impossível, porque muitas vezes requer investimentos significativos para atrair clientes considerados demasiado pobres para terem poder de compra.”

África precisa de inovação que crie mercados



Carl Manlan,
Chefe de
Operações
da Fundação
Ecobank



Efosa Ojomo,
Investigador
sénior do
Instituto Clayton
Christensen



Eradicar a pobreza e alavancar a prosperidade em África começa na sala de reuniões. E exige que os líderes empresariais

africanos usem as suas posições para promoverem um crescimento económico mais inclusivo que beneficie todas as partes interessadas – clientes, funcionários, fornecedores e comunidades – em vez de se focarem nos lucros a curto prazo que não conseguem erguer comunidades vulneráveis.

Mas tornar o 'bolo económico' ainda maior exige que os líderes empresariais do continente adoptem uma estratégia fundamentalmente diferente para a inovação e o crescimento. Para gerar uma prosperidade partilhada, os conselhos de administração africanos têm de se concentrar na construção de novos mercados em África para os africanos. Isso significa dar prioridade a inovações que criem mercados.

Tal como muitos observadores salientaram, a célebre máxima do economista laureado com o Prémio Nobel, Milton Friedman, de que o único propósito social de uma empresa é maximizar o valor para o accionista, já não se aplica, tendo em conta os níveis crescentes de desigualdade. Na África Subariana, por exemplo, mais de 230 milhões de pessoas sofrem de subnutrição crónica.

Mas as inovações que criam mer-

cados podem começar a melhorar a situação precária destes e de outros grupos vulneráveis. Essas inovações transformam produtos complicados e caros em produtos simples e baratos, tornando-os acessíveis a muitos outros chamados 'não consumidores', que antes não podiam pagar os produtos existentes no mercado. Se mais empresas africanas desenvolverem estratégias que satisfaçam as centenas de milhões de não consumidores do continente, a visão de uma prosperidade partilhada pode ser concretizada.

A criação de novos mercados pode parecer assustadora, ou até mesmo impossível, porque muitas vezes requer investimentos significativos para atrair clientes considerados demasiado pobres para terem poder de compra. Mas é precisamente assim que África pode começar a tornar-se mais próspera.

Há pouco mais de 20 anos, por exemplo, Mo Ibrahim fundou a Celtel, uma operadora africana de telecomunicações móveis, com o objectivo de disponibilizar telefones móveis e tecnologia de comunicação para o cidadão comum. Embora muitos especialistas tenham previsto que o empreendimento fracassaria, uma vez que África era muito pobre e

Os líderes empresariais africanos têm, portanto, uma oportunidade única de traçar um novo rumo de crescimento para o continente. Mas embarcar nesse caminho exige que os africanos reconheçam o extraordinário potencial de crescimento dentro de África.

corrupta, a Celtel prosperou. Hoje, graças ao poder da inovação para criar mercados de Ibrahim, África tem quase mil milhões de assinaturas de telemóveis. O sector de telecomunicações do continente sustenta cerca de quatro milhões de empregos e gera todos os anos milhares de milhões de dólares em receitas fiscais.

Os conselhos de administração

das empresas africanas têm agora de lidar com os muitos desafios que os não consumidores do continente enfrentam. Por exemplo, como é que a maioria dos africanos pode ter acesso a melhores cuidados de saúde? A maioria dos governos tem orçamentos de saúde subfinanciados, enquanto as organizações não governamentais normalmente não possuem modelos de negócios sustentáveis necessários para se ampliar as iniciativas de acessibilidade. Mas novos mercados podem resolver este problema.

Por exemplo, a empresa de saúde do Gana mPharma está a expandir-se rapidamente por todo o continente, fornecendo medicamentos de qualidade a preços acessíveis. A empresa já prestou serviços a mais de um milhão de africanos, criou centenas de empregos e angariou mais de 50 milhões de dólares em fundos de capital de risco para alargar as operações. A mPharma está a seguir o manual de criação de mercado e a ter sucesso.

Na sua essência, as inovações que criam mercados concentram-se nas necessidades da maioria. Quando o Grupo Tolaram, de Singapura, quis criar um novo mercado para os 'noodles' instantâneos na Nigéria no final da década de 1980, a respectiva direcção aproveitou a distribuição informal existente e as redes de distribuição no país e acumulou experiência local para fazer um produto que o consumidor comum pudesse pagar. Ao fabricar posteriormente os 'noodles' na Nigéria, a empresa garantiu que as competências e o contexto locais permitiriam satisfazer as necessidades dos clientes. Decisões deste género destacam o papel que as direcções podem desempenhar na criação de novos motores de crescimento para as suas organizações e para a sociedade.

Esses motores são urgentemente necessários. A pandemia covid-19 ameaça piorar a crescente desigualdade que acompanha o crescimento económico de África ao longo dos últimos 25 anos. O novo coronavírus prejudicou a subsistência de 85% dos trabalhadores informais

de África, que não têm acesso a serviços sociais e mergulham cada vez mais fundo na pobreza. É mais provável que essas pessoas não sejam consumidoras de muitos produtos e serviços que melhorariam muito as suas vidas. O crescimento inclusivo em África virá do direcionamento de inovações para esses africanos.

Para desempenharem um papel crucial na viabilização de uma prosperidade de base mais ampla, os executivos africanos de topo têm de compreender que as inovações que criam mercados são a peça que faltava. Uma maneira de incentivar essas iniciativas é as empresas atribuírem uma percentagem dos seus lucros para o desenvolvimento de inovações que visem os não consumidores. Com a pandemia, certamente a agravar o problema do não consumo, agora é o momento ideal para agir.

Além disso, as empresas africanas podem apoiar os governos ao estabelecerem parcerias público-privadas, com o objectivo de democratizar a inovação. Por exemplo, a Wecyclers, uma empresa que recolhe e processa resíduos recicláveis, e o governo nigeriano formaram uma parceria para melhorarem os esforços de recolha dos resíduos. Com uma despesa média anual per capita de cerca de 300 dólares, os governos africanos precisam de parcerias como esta para realizarem os respectivos potenciais de desenvolvimento.

Para ser sustentável, o crescimento económico em África não pode mais beneficiar alguns sem beneficiar muitos. E as estratégias de desenvolvimento não devem limitar-se a resistir ao tipo de tempestades económicas provocadas pela covid-19. O desenvolvimento de produtos inovadores para não consumidores africanos proporcionará um caminho mais previsível, inclusivo e sustentável para a prosperidade, para centenas de milhões de pessoas. Tal como o novo coronavírus nos fez recordar, ambicionar qualquer coisa que seja menos do que a prosperidade para todos colocará todo o continente em risco.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Ri-me imenso de um comentário de um internauta a um post online que dizia que a PGR já está na Suíça para recuperar os 900 milhões congelados na conta de S. Vicente. E o comentário dizia: “Se a PGR nem consegue um acordo com o BPC, imagine-se com um banco suíço. Depois vão mandar o Archer Mangureira lá ir resolver o problema com aquele inglês dele bem torto, coperation, inflation and rebuscation the money. Se os 148 milhões de kzs do Big Nelo não estão a conseguir tirar do BFA, imagina da Suíça. Vão vos dar corrida e galhetas”.

O talento que o angolano tem para ‘estiga’, se fosse para a ciência, já teríamos inventado a vacina para a malária para os africanos deixarem de viver de anti-palúdicos e de morrer aos milhões todos os anos. Se o talento para a engenharia talvez o sonho de alguns de transformar Luanda num Dubai já estivesse realizado. Se fosse para a educação, seríamos uma potência do ensino em África e teríamos uma força de trabalho com capacidade de desenvolver o país e a região, em vez de andarmos de fora de todos os rankings universitários internacionais e a ter de pagar expatriados para tudo. A propósito do ensino ainda li outra piada com eco de verdade: “Angola é o país onde a pessoa fica desempregada até esquecer qual foi o curso que fez”.

A capacidade de rir da desgraça é sem dúvida simultaneamente uma praga, que faz com que toleremos demasiada incompetência por demasiado tempo, e uma bênção que ajuda a digerir as dificuldades e os choques.

Na semana que passou, São Vicente foi atirado na prisão para as vozes que protestavam se apaziguarem. Estamos a combater a corrupção. Estão a ver? Não é a cor que salva da cadeia, estão a ver? O combate à corrupção não é parcial nem dirigido, não há intocáveis, estão a ver?

O que é facto é que a postura dos órgãos, tanto de justiça como dos média que o poder manipula, é, a todos os níveis, diferente quando não se trata de pessoas que ‘não interessam’. O que é facto é que, neste caso, claramente só se vê uma acção, mais de um ano depois de a Suíça congelar as contas, porque a pressão popular foi tal que já ameaçava fracturar demasiado a popularidade do combate à corrupção, que é a única bandeira do Governo. Esta não se pode fracturar, porque tudo o resto é um pesadelo. A economia é um pesadelo, as condições e a estabilidade social são um pesadelo, só resta mesmo fazer fanfarras com o combate à corrupção, e se este falha é que se fica mesmo sem nada para mostrar.

Mas e agora pergunto eu... o que é que, de facto, o país ganha com esta prisão? São Vicente tirou biliões de dólares do país. Mas fê-lo através de contratos de prestação de serviços. Estes 900 milhões de dólares só ficaram congelados depois de outras das suas contas de empresa e dos seus familiares serem descongeladas, porque ele não explicou alguns movimentos específicos. Porque as contas tinham mais dinheiro, provavelmente há anos, e certamente há outras contas noutros países que não foram congeladas. A sobre-facturação grosseira que ele pode fazer nos contratos foi tornada legal por alguém acima dele que assinou os contratos. É que estamos a falar de tanto dinheiro que não se rouba como se fossem batatas. Este dinheiro, para ser recebido lá fora, tem de ser explicado e, para lá estar, significa que ele teve argumentos para o explicar.

O mesmo acontece com o outro balde de água fria que caiu em cima do combate à corrupção que foi a reportagem da TVI sobre o

ministro de Estado da Casa Civil do Presidente, que já se diz por aí que entregou a carta de demissão. Os milhões que recebeu de empresas públicas, recebeu através de contratos legais e alguns até assinados pelo Presidente que está a combater a corrupção. Por isso, a demissão do homem não será mais do que o PR ceder à pressão popular, não é um caso de “não sabia”.

Estes podem ser contra-ataques das outras partes ofendidas, é claro, mas isso não invalida os milhões feitos à custa de contratos multibilionários com o Estado aquando em funções. Coisa que se não é completamente ilegal, é muito pouco ética. E o mais grave será que governantes que têm contratos com o Estado enquanto em funções são certamente demasiados para contar. Daí que não vamos sair tão depressa desta lógica do “eu caio em desgraça, mas levo dois ou três comigo”, um círculo vicioso em que muito poucos se vão salvar. O Valor Económico da semana que passou, num texto sobre a Sonils que fala de outros contratos multimilionários, prova isso mesmo.

Numa fase em que o PR diz que o dinheiro acabou na luta contra a covid-19, útil, útil seria recuperar os dinheiros nessas contas no exterior, não só nas contas de S. Vicente, mas nas de outros.

E isso, estes litígios só dificultam, porque, se ouve um crime de lavagem de dinheiro cometido lá fora, essa é a desculpa que as instituições estrangeiras precisam para ficarem lá com o dinheiro retido mais tempo. Que obviamente é o que lhes interessa, e este é um interesse muito difícil de contrariar.

Os donos das contas irem aos bancos e transferirem esse dinheiro para Angola seria, de longe, mais útil e mais inteligente do que esta abordagem à rinoceronte que vê um incêndio ali e vai a correr espezinhar, vê outro ali e lá vai ele pesado e bruto espezinhar... Recuperar esse dinheiro é mais importante do que prisões e show-off, querido leitor. Esse dinheiro faz falta à saúde, à educação. Faz falta para que os nossos licenciados não se esqueçam dos cursos que fizeram de tanto tempo que ficam no desemprego. A festa das prisões traz ‘banga’, não traz dinheiro que é o que faz falta, e o preço da comida está muito alto. Precisamos de instituições fortes mais do que de homens de força. Precisamos de mais cabeça do que de músculos.



LIVE

100% DIGITAL

Primeiros 17 oradores já confirmados (em actualização)



Efosa Ojomo

Senior Research Fellow no Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation



Pedro Lopes

Secretário de Estado para a Inovação e Formação Profissional de Cabo Verde



Gadi Lipiner

Consultor e Ex.CEO e fundador de Startups tecnológicas em Israel



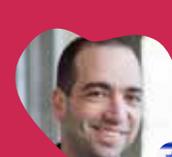
Haymée Cogle

Co-founder do Chapter Founder Institute Angola (Luanda)



Fernando Cabral

Fundador do FS-360 and Chief Venture Growth da Djassi Africa



Eli David

CEO da StartupBlink



Adedeji Ogunnubi

HR Manager na TOTAL E&P Canadá



Luis Madureira

Managing Partner da Uberbrand e Consultor de Competitive Intelligence (CI).



Diogo Ponte

Managing Director da Kairos (The Hemera Capital Partners Initiative to Drive Impact)



Lúcia Stanislas

Entusiasta do desenvolvimento, mentora, empreendedora e humanista



Teodoro Poulson

Coordenador da Comissão de Reestruturação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)



Vitor Varela

Administrador Executivo no NOSI (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação de Cabo Verde)



Luis Verdeja

Fundador da Jobartis (primeiro portal de emprego em Angola)



Dimonekene Ditutala

Embaixador do Africa Code Week para Angola



Sérgio Alves

Consultor Internacional na Sociedade Portuguesa de Inovação



Patrício Quingongo

Fundador e CEO da Petroangola



Sérgio Povoas

Director do Business Angel Club em Portugal



III FÓRUM COMPETITIVIDADE & INOVAÇÃO

KICK-OFF: Rastos da Competitividade da Economia Angolana

PAINEL 1 | (RE)PENSAR A ECONOMIA

Angola Economic Outlook

O Mercado Petrolífero: O desafio da produção e a incerteza dos preços do barril

PAINEL 2 | UM ECOSISTEMA QUE PROMOVE A INOVAÇÃO

2020 Global Ecosystem Report (EN)

2019/2020 Global Entrepreneurship Monitor Report

Inovação em Israel: O País Startup

Cabo Verde Digital: Construindo Ecossistemas para a Inovação

Governança Digital em Cabo Verde - Transformação e Agilidade

Ecosystem Enabler: A experiência da Founder Institute Angola Chapter

Social Innovation and Advocacy

Financiar a Inovação ao Longo da Cadeia de Valor

PAINEL 3 | A INOVAÇÃO COMO UMA OPORTUNIDADE GLOBAL

Digital Transformation and Data Capitalism

Fintech & Financial Inclusion in Sub-Saharan Africa

Tecnologias HR Tech

People Analytics (EN)

A era da "Programação para Todos"

PAINEL 4 | POR QUE RAZÃO FALHAM OS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA?

How Innovation Can Lift Nations Out of Poverty (EN)



MasterClass

Protecção de Dados Pessoais na Era Digital



Andrea Moreno

Administradora da Petrosshore Compliance Perito Judicial em Protecção De Dados Pessoais Especialização em Cibersegurança pela Universidade de Harvard Presidente da Associação World Compliance

Marketing Digital de Sucesso



Marco Gouveia

Google Regional Trainer e Premier Google Partner. Integrou o projecto de digitalização de Portugal com o Atelier Digital da Google. Board Advisory de Digital Marketing Pestana Hotel Group (o maior grupo hoteleiro de Portugal). Consultor de Marketing Digital com especialização em SEO.

Design Thinking e Modelos de Negócios

Planeamento de Cenário para Suporte à Inovação



Luis Madureira

Managing Partner da UBERBRAND Consultor de Competitive Intelligence (CI), acreditado com CIP II - Master Competitive Intelligence pela Academy of Competitive Intelligence, sendo 1 de apenas 2 em Portugal, e de apenas 500 profissionais em todo o mundo. Desenvolveu o INNOVaction um programa integrado de inovação baseado em Design Thinking e Trend Intelligence, assim como a abordagem CI de Social Market Intelligence (SMINT), e de CI em tempo real que implementou, entre outras, globalmente numa empresa da Forbes 500.

info@angolasummit.co

O MUNDO "MUDOU"! FIQUE EM CASA, MAS NÃO FIQUE PARA TRÁS.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos Ver tudo



Edição 227

A edição 227 do Valor Económico chegou a mais de 40 mil internautas e mereceu mais de seis mil interações entre comentários, partilhas e emoções que maioritariamente se concentraram no destaque da capa sobre a Sonils que terá engordado bolsos de 'accionistas fantasma'.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Miguel De Oliveira Rocha

Despertaram tarde !
Muitos encheram os bolsos e foram-se embora
Por metro quadrado 150\$...
Imaginem a facturação. Para não falar do aluguer de empilhadeiras



George Figueiredo

Nós sindicalistas alertámos, não fomos tido nem achados



Nuno Campos De Oliveira

Isto não é novidade para alguém, pelos preços praticados, obviamente que muitos estavam a comer...



Edson Carvalho

Esse nosso país...



Jpc Inconformado Chocolath

45 anos passados só a roubar ao Estado. E todos os ladrões são do MPLA! Que grande vergonha!...



Maria Ramalhete

Será que a PGR e a última a saber ou finge não saber



Ricardo Carvalho

Confirmo. Os serviços deles sempre foram muito caros...



Guilherme Joao

Aí esta a mão do Manuel Vicente como principal actor



João Gabriel

Esse país tinha gatuno de verdade mas que no roque santeiro pode bumar PGR



Telmo Almeida

O engraçado é que quem fala são antigos funcionários da SNL e eles!



Santos Silva Jose Luis

Será que Angola está com algum feitiço grande?



Divaldo Cruz

A PGR tem muito que investigar na Sonangol.



Domingos Conceição Teta Dembo

A Sonangol devia sofrer um processo de inquirimento semelhante do da Braspetro no Brasil que envolveu Lula e Odebrecht, o Angolano seria Sonangol envolvendo Zé Eduardo e FESA muita xxx viria à superfície esquecemos que a fundação do Zé Dú mamou da Sonangol? A resposta está em linha.



Helder Cruz

Nem terminei de ler porque ultimamente as noticias só me deixam ainda mais enojado, com tudo que oiço e vamos sabendo. O que virá a seguir?



Victória Moreira

Quem não conhece os fantasmas? Toda gente conhece, o presidente baptizou-lhes na igreja M como marimbondos.



João Gabriel

Esse país tinha gatuno de verdade, mais que no Roque Santeiro. Pode bumar PGR



Pedro Tembo Zimga

Os cães vadios estão emagrecer. Porque os seres humanos tomaram conta das lixeiras

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19



NA ONU

Cabo Verde pede plano para África com perdão da dívida externa

O primeiro-ministro cabo-verdiano, Ulisses Correia e Silva, pediu um programa de recuperação para África da crise provocada pela covid-19, com um pacto global para perdão de dívida externa e acesso de todos à futura vacina.

Ao intervir na 75.ª sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o chefe do governo de Cabo Verde assumiu que a pandemia da covid-19 obriga não apenas a um “combate interno de cada país”, mas, “ao mesmo tempo, um combate global, que exige soluções colaborativas globais”. “Ninguém ganha com uma África mais empobrecida, com o aumento de crises humanitárias e securitárias. Todos ganham se os países africanos tiverem as condições necessárias para superar a grave crise sanitária, económica e social provocada pela covid-19, e entrarem numa nova era de transformações estruturais que impactem positivamente as suas economias e os Índices de Desenvolvimento Humano”, afirmou Ulisses Correia e Silva, na mensagem pré-gravada.

Esta reunião da Assembleia-Geral da ONU, que se realiza anualmente na sede da organização, em Nova Iorque, decorre este ano em moldes diferentes, com os líderes dos Estados-membros

a discursarem através de mensagens pré-gravadas, por causa da pandemia. “É neste quadro que o acesso equitativo e universal à vacina como um bem público essencial e a iniciativa de perdão da dívida externa, devem ser objecto de um Pacto de Responsabilidade Mundial de modo a não deixar ninguém para trás”, apelou, na mensagem a partir da cidade da Praia, Ulisses Correia e Silva.

O primeiro-ministro alertou que esta pandemia “veio agudizar ainda mais a desigualdade entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento” e que “poucos países do mundo possuem poupança suficiente para acomodar os custos extraordinários impostos” por esta “crise global” e, ao mesmo tempo, recuperar e relançar a economia.

“Nos países mais desenvolvidos, como é o caso da União Europeia, foi necessário um pacote financeiro de 750 mil milhões de euros para apoiar os Estados-membros. Os estímulos financeiros dos países mais ricos ultrapassam centenas de biliões de dólares. E África? E os pequenos estados insulares em desenvolvimento? Conseguem suportar os custos e a recuperação e o relançamento das suas economias sozinhos? Claro que não”, afirmou.

POR VIA AÉREA

Brasil suspende restrição à entrada de estrangeiros

O governo do Brasil suspendeu as restrições à entrada de estrangeiros no país por via aérea, medida tomada devido à pandemia da covid-19, embora mantenha a proibição de entrada por vias terrestres e aquáticas.

A decisão permite a entrada de estrangeiros por todos os aeroportos brasileiros, o que ainda estava proibido em seis dos 27 estados do país. Na portaria, assinada pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e pelo ministro da Justiça, André Mendonça, entre outras autoridades, fica estabelecido que os estrangeiros podem entrar no Brasil desde que obedeçam “aos devidos requisitos de imigração”.

Da mesma forma, turistas de outros países com estadias de curta duração, até 90 dias, devem apresentar ao transportador comprovativo de que possuem seguro de saúde válido no Brasil antes do embarque.

As restrições vigoravam no país sul-americano desde Março, quando o acesso de estrangeiros foi temporariamente interrompido na tentativa das autoridades de controlar a disseminação do novo coronavírus.

O transporte de cargas, seja por via terrestre, seja fluvial, também está permitido a partir desta sexta-feira.



CONTRA AS RESTRIÇÕES

Londres volta a receber manifestantes

Milhares de pessoas manifestaram-se em Londres contra as restrições impostas no âmbito da pandemia da covid-19, entrando em confronto com a polícia, depois de esta tentar dispersá-las ao verificar o incumprimento do distanciamento social.

Pelo menos três manifestantes e um agente foram socorridos pelas equipas médicas, segundo a imprensa local, no final de uma concentração que foi convocada para o centro de Trafalgar Square, em Londres.

Durante o protesto, viam-se cartazes que diziam “Liberdade, ao invés do medo”, “Onde está a pandemia?”, “Os media são o vírus”, “covid-1984” Não consentimos”.

A maioria dos participantes no protesto contra o “novo normal” não usava máscaras,

o que não é obrigatório no Reino Unido nas zonas exteriores a bares e lojas.

As manifestações no Reino Unido não necessitam de cumprir a regra que impede que mais de seis pessoas se juntem, mas os organizadores têm de comunicar antecipadamente um plano de riscos e a distância social entre as pessoas deve ser sempre respeitada.

Em comunicado, a Polícia Metropolitana de Londres garantiu que a manifestação “não cumpriu as condições de plano de risco e que estava a colocar as pessoas em risco” de contágio.

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, ordenou, esta semana, o encerramento de bares e restaurantes a partir das 22:00 horas e reforçou a obrigação do uso de máscara nas lojas e transportes.

EM TODO O MUNDO

Covid-19 já matou mais de um milhão

A pandemia do novo coronavírus já causou, pelo menos, um milhão e 2.036 mortos em todo o mundo desde que a doença foi conhecida em Dezembro até às 11 horas desta segunda-feira, 28.09, de acordo os últimos números divulgados. Os Estados Unidos são o país mais afectado, tanto em número de mortos como de casos, com um total de 204.762 mortos entre 7.116.456

casos e cerca de 2.766.280 pessoas foram declaradas curadas, segundo o balanço da universidade Johns Hopkins.

Depois dos Estados Unidos, os países com mais mortes são o Brasil, com 141.741 (4.732.309 casos); a Índia com 95.542 mortos (6.074.702 casos); o México com 76.430 mortes (730.317 infectados) e o Reino Unido, com 41.988

mortes (434.969 casos).

Entre os países mais afectados, o Peru é o que conta com mais mortos em relação à sua população, 98 por cada 100 mil habitantes, seguido da Bélgica (86), Bolívia (67), Espanha (67) e Brasil (67).

O número de casos diagnosticados só reflecte, contudo, uma fracção do número real de infecções.

O NÚMERO DE PASSAGEIROS transportados pela TAP diminuiu 62% no primeiro semestre, provocando prejuízo de 586 milhões de euros, situação atribuída à pandemia da covid-19.

ABERTURA DO ESPAÇO AÉREO

Angola e Portugal com ligações quase diárias

A reabertura do espaço aéreo de Angola, a 21 de Setembro, vai permitir ligações quase diárias entre Lisboa e Luanda com as transportadoras portuguesa, TAP, e angolana, Taag, a voarem três vezes por semana, em dias alternados.

De acordo com a informação do Consulado de Portugal em Luanda, os voos da TAP deverão realizar-se todas as segundas, quartas e sextas-feiras, com saídas de Luanda às 23:20 e chegada a Lisboa às 7:10. No sentido inverso, as partidas acontecem às 13:55 de Lisboa, com chegada às 21:30 a Luanda.

A Taag prevê voar aos domingos, terças e quintas-feiras.

Os aviões saem às 11:30 de Luanda e aterram em Lisboa às 19:00, partindo da capital portuguesa às 21:00 para chegar à capital angolana às 4:30 do dia seguinte.

Os passageiros só são autorizados a embarcar em qualquer um destes pontos de saída ou de destino com um teste de despistagem à covid-19 (RT-PCR) com resultado negativo realizado até 72 horas antes.

A entrada em Angola deixou de carecer de qualquer autorização, sendo necessário cumprir um período de quarentena de, pelo menos, sete dias.



VIOLAÇÃO ESTADO DE CALAMIDADE

Banhistas multados em Luanda

Mais de 30 pessoas detidas na Ilha do Cabo, em Luanda, por supostamente terem mergulhado na praia localizada junto do restaurante Miami Beach, em desobediência ao Decreto Presidencial sobre o Estado de Calamidade Pública.

A informação foi prestada ao Jornal de Angola pelo sub-inspector Quintino Ferreira, oficial de comunicação do Comando Provincial de Luanda. No sábado, por volta das 12 horas, a Polícia Nacional recebeu uma denúncia de que várias pessoas estavam a tomar banho na praia.

De acordo com a Polícia, das mais de 30 pessoas levadas à esquadra policial, três pagaram multas no valor de 50 mil kwanzas cada, por ter havido fortes evidências

de terem tomado banho, e o proprietário do restaurante pagou 100 mil kwanzas, por ter autorizado a aglomeração de pessoas no local, segundo explicações de Quintino Ferreira.

O oficial da Polícia Nacional explicou que as restantes foram mandados para casa sem pagar multa, por falta de evidências de utilização da praia. No âmbito do Decreto Presidencial do Estado de Calamidade, o acesso às praias e zonas balneares está proibido até 15 de Outubro, devido ao aumento de casos do novo coronavírus.

Nas redes sociais, pode-se ler protestos de utilizadores das praias, a manifestar insatisfação por alegados excessos na actuação da Polícia da Ilha de Luanda.

'ALÍVIO' NO ÂMBITO DA COVID

BDA já desembolsou 10 mil milhões de kwanzas

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) desembolsou 10,8 mil milhões de kwanzas, dos 17,6 mil milhões previstos aos operadores para a compra de produtos com o selo nacional, no quadro da Linha de Crédito de Alívio Económico. Trata-se de uma linha de financiamento que prevê, entre outros, o financiamento de vários operadores para a compra da produção nacional.

A linha de crédito do BDA tem uma taxa de 9% e maturidade de dois anos, assim como uma carência de capital de 180 dias, para financiar a compra dos operadores do comércio e distribuição aos produtores nacionais de produtos como milho, trigo, arroz, açúcar, cana-de-açúcar, massambala, massango, entre outros.

A linha de prioridade integra ainda aquisição de peixe, como carapau, sardinela, sardinha do reino, atum, caxuxu, corvinas, garoupas, pescadas, roncador, linguado, peixe-espada, lagosta, gamba costeira, camarão, alestado, caranguejo, choco, lulas e polvos, cacusso e bagre.

Segundo o director nacional para a Economia Competitiva e Inovação, do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), João Nkosi, em conferência de imprensa, 68 operadores, de 15 províncias, já viram os projectos financiados pelo BDA para a compra da produção nacional.



Marcas & Estilos



Luxos definidos

Escolher uma obra fará uma enorme diferença na sua casa. Tudo o que precisa é de dar um upgrade elegante com produtos da DIY. Todas as impressões de arte gigantes são feitas com materiais ecológicos da mais alta qualidade para reproduções nítidas, bem definidas e luxuosas.



Altas tradições

Calçado da Philippe Nappa é feito de pele de bezerro escovados à mão em azul-marinho com borlas. Num estilo artesanal tipicamente italiano, lembram a forma tradicional de manuseio e a técnica de trabalhar o forro e a sola de couro.



AUTOMÓVEL

Além dos sonhos

A linha 2020 do Kia Cadenza, também chamado de K7, é um modelo que surpreende. A marca redesenhou a dianteira, a traseira e todo o interior. Estão confirmados os motores 2.5 e 3.0 V6 a gasolina com injeção directa, além da versão híbrida. As saídas de ar posicionam-se abaixo da central multimédia e o quadro é digital. A alavanca ganhou formato mais ergonómico. Os botões incorporam funções de aquecimento e ventilação. O volante tem comandos com novos revestimentos.

AGENDA

LUANDA

1 DE OUTUBRO

'Camões Concerto - Encontro de Ondas', com os músicos Carlos Praia, Isaú Fortunato, Isaú Baptista e Inácio Kacaca, no auditório Pepetela, no Centro Cultural Português, às 16 horas e com transmissão em directo no Facebook.

ENTRE 6 E 10 DE OUTUBRO

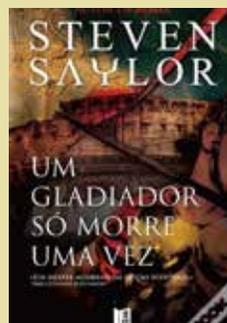
Feira Internacional de Luanda, na Zona Económica Especial (ZEE).

LISBOA, PORTUGAL

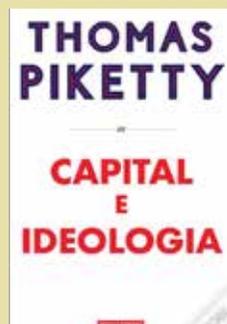
17 DE OUTUBRO

Lady Mukeba, autor angolano, apresenta a obra 'Guião de Marketing - Uma forma simples e metódica de conduzir o negócio ao sucesso', na Associação da Força Aérea Portuguesa (AFAP).

LIVROS



ESTAS NOVAS AVENTURAS de Gordiano, o Descobridor, cobrem a fase inicial da brilhante carreira do detective em plena Roma antiga, num momento em que a mulher, Betesda, era ainda sua escrava.



PARTINDO DE DADOS comparativos com uma dimensão e uma profundidade inéditas, este livro segue, numa perspectiva simultaneamente económica, social, intelectual e política, a história e o dever dos regimes desiguais.



TURISMO

Cintilante e tranquila

As línguas oficiais de Macau são o português e o cantonense, mas o inglês e o mandarim também são vulgarmente falados. É uma cidade pacata e segura para saídas a qualquer hora. A melhor altura para visitar é entre Março e Abril ou entre Outubro e Novembro, quando as temperaturas são mais amenas, ou durante o Ano Novo Chinês.

O país está repleto de casinos e em cada um há um hotel. Os preços variam dependendo da qualidade, localização e condições. É possível encontrar restaurantes com cozinha de quase todos os cantos do mundo e para todos os bolsos. Mas não pode deixar de provar os pratos típicos como o frango frito com molho de limão, a carne de porco agridoce, ou a lula frita com piri-piri e sal.

PARA PRODUZIR VACINAS CONTRA A COVID-19

Mais de 500 mil tubarões podem ser mortos

AMEAÇA. ONG de defesa dos tubarões avança que seria preciso matar meio milhão destes condricios para produzir vacinas contra o novo coronavírus para todo o mundo. Mas avança que alternativa pode estar na cana-de-açúcar.

Uma organização ambientalista pela defesa dos tubarões sediada na Califórnia, a Shark Allies, alerta para a possibilidade de um elevado número de mortes de tubarões na produção de uma vacina para a covid-19, uma vez que o fígado destes animais tem um ingrediente essencial.

Em causa está o esqualano, ingrediente encontrado num óleo produzido pelo fígado dos tubarões e que é usado para fins medicinais

pela indústria farmacêutica, nomeadamente pela GlaxoSmithKline.

O esqualano tem sido utilizado para a produção de várias vacinas para diferentes coronavirus e gripes, incluindo a gripe aviária (MERS-CoV), a gripe suína (H1N1) e possivelmente a covid-19, quando houver uma vacina para esta doença.

De acordo com a Shark Allies, se para cada ser humano fosse produzida uma vacina com esqualano derivado de óleo de fígado de tubarão, teriam de ser mortos 250 mil daqueles animais. E esse número aumentaria para o dobro caso seja necessário administrar uma segunda dose para cada pessoa

MEMORIZE

● **Na nota,** a ONG sublinha que o esqualano pode ser produzido a partir de outras fontes que não animais, como o fermento, bactérias, cana-de-açúcar, azeite e possivelmente até algas”.

que tome aquela vacina, que, para já, não existe na sua fase final, mas está a ser desenvolvida em várias partes do mundo, com diferentes critérios.

Para a directora daquela ONG, Stefanie Brendl, “colher algo de um

animal selvagem nunca será sustentável, especialmente quando se trata de um predador que não se reproduz em grandes quantidades”.

Na nota, a ONG sublinha que o esqualano pode ser produzido a partir de outras fontes que não animais, como o fermento, bactérias, cana-de-açúcar, azeite e possivelmente até algas”.

Em comunicado, a empresa de biotecnologia Amyris, também sediada na Califórnia, já avançou que está estudar a extracção de esqualano a partir da cana-de-açúcar que, por oposição à produção do mesmo a partir de fígado de tubarão, diz ter “um custo menor”.



ONU E BRITÂNICOS

Cimeira climática a 12 de Dezembro

As Nações Unidas e o governo britânico anunciaram que vão organizar em conjunto uma cimeira climática a 12 de Dezembro, no dia em que se assinalam os cinco anos do Acordo de Paris, avançou a AFP. Ainda não está confirmado se o evento será virtual.

O encontro dedicado ao clima será co-organizado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, e pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, e pretende reunir “os líderes mundiais mais ambiciosos em termos climáticos”, segundo um comunicado citado pela AFP.

Os países participantes serão convidados a apresentar planos climáticos actualizados, antes da grande conferência da ONU sobre o clima que vai decorrer na cidade escocesa de Glasgow em Novembro de 2021, a COP 26, que deveria acontecer este ano, mas que foi adiada devido à pandemia.

No quadro do Acordo de Paris cada país fixa os seus próprios objectivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, mas esses objectivos, actualmente insuficientes para evitar o aquecimento do planeta em 1,5°C, devem ser revistos em alta.



O esqualano do tubarão tem sido utilizado para a produção de várias vacinas para diferentes coronavirus e gripes

NÚMEROS DA SEMANA

306

Quantidade de pintos que morreram em Cacongo, Cabinda, por falta de ração e acompanhamento. Os mesmos foram entregues no âmbito do programa de fomento avícola e agro-pecuário.

41

Parceiras público-privadas que o Governo estima lançar até ao fim ano.

64

Mil milhões de Kwanzas Valor que o Governo espera encaixar com a adjudicação de mais nove unidades industriais, que totalizam, assim, 23 activos no quadro do Programa de Privatizações (Propriv).

125

Milhões de dólares Recuo registado nos lucros da Sonangol em 2019, cerca de metade do valor contabilizado em 2018, segundo o relatório e contas da petrolífera.



ALEGADA APREENSÃO DE CONTAS DE IRENE NETO

Luxemburgo garante que não recebeu cartas rogatórias de Angola

As autoridades de justiça do Luxemburgo não receberam qualquer carta rogatória da Procuradoria-Geral da República (PGR) a solicitar a apreensão dos bens de Irene Neto, esposa do empresário Carlos São Vicente, antigo presidente da seguradora AAA.

Segundo o porta-voz da Autoridade Judiciária do Luxemburgo (equivalente à PGR), até sexta-feira passada, não tinha chegado qualquer carta rogatória de Angola, tal como tinha sido anunciado pela PGR angolana.

Em resposta a uma solicitação do VALOR, Henri Eippers, porta-voz da Autoridade Judiciária, precisou, por escrito, que não tinha recebido qualquer pedido de assistência mútua de Angola, relativa ao processo que alegadamente envolve Irene Neto ou de qualquer caso angolano.

A PGR de Angola garantiu, a 19 deste mês, que Portugal e o

Luxemburgo tinham recebido cartas rogatórias a solicitar a apreensão de bens de Irene Neto.

Confrontado pelo VALOR com o facto de Luxemburgo assegurar que não havia carta rogatória de Angola até sexta-feira, Álvaro João, porta-voz da PGR, refere que as “cartas rogatórias têm um tratamento diplomático. Até chegar aos órgãos competentes, certamente leva tempo”. A informação sobre o alegado congelamento das contas de Irene Neto surge depois das notícias divulgadas por um website suíço que davam conta de uma investigação a transferências realizadas por Carlos São Vicente na Suíça, que resultaram no congelamento de 900 milhões de dólares pelas autoridades daquele país, por suspeitas de lavagem de dinheiro. Depois de a notícia se ter tornado viral, na comunicação social e nas redes sociais, a PGR de Angola anunciou a apreensão de bens de Carlos São Vicente.

CONFUSÃO NA APREENSÃO DOS EDIFÍCIOS DAS AAA

Quando foi divulgado um despacho da PGR a dar conta de um mandado de apreensão dos edifícios e dos hotéis nas 18 províncias da antiga seguradora, chamava logo a atenção o facto de o mandado referir “todos os edifícios” sem distinguir os que já estavam sob alçada do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Mais tarde, a PGR emendava e corrigia o mandado. No novo texto, a PGR excluía todos os edifícios da empresa AAA que já se encontravam sob gestão da Justiça. Carlos São Vicente foi ouvido pela PGR e depois foi preso preventivamente na cadeia de Viana. No final da semana passada, a PGR apreendeu mais edifícios e moradias de Carlos São Vicente por indícios de terem sido adquiridos com bens públicos. Uma das moradias apreendidas servia de escritório a Manuel Vicente, ex-vice-Presidente da República e também antigo presidente do conselho de administração da Sonangol.

BODIVA cria bolsa de segundo nível

A Bolsa da Dívida e Valores de Angola (Bodiva), em parceria com o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem), está a desenvolver um mercado de bolsa de segundo nível para

as micro, pequenas e médias empresas.

O mercado será integrado por empresas que apresentem potencial para o crescimento em sectores específicos, com realce para a exportação. A indicação

cabará ao Inapem que, de igual modo, se ocupará da divulgação das vantagens de estar integrado na bolsa.

Para o efeito, refere um comunicado da Bodiva, técnicos do Inapem serão formados em mercado de bolsa de obrigações do tesouro, mercado de bolsa de obrigações privadas, mercado de unidades de participação, mercado de bolsa de acções e boas práticas de gestão corporativa.

FOCUS ECONOMICS

Recessão -4,4% até 2021

A consultora Focus Economics prevê que a recessão, em Angola, se fixe pelos -4,4% em 2020, uma perspectiva 0,4 pontos percentuais menos pessimista do que a última previsão de uma outra agência, a Fitch Solutions. O outlook negativo é explicado com o duplo choque da pandemia e dos preços baixos do petróleo.

Segundo analistas da consultora, por conta da pandemia, foi registado de Janeiro a Março uma contração de 1,8%, o triplo do ano passado. “A aceleração da queda da economia surgiu no seguimento de uma contração de dois dígitos no sector do comércio resultante do estado de emergência, que pesou duramente na actividade económica nacional.”

Apesar de constatar abrandamento da recessão no mês de Junho, a consultora explica que a tendência não permitirá crescimento positivo este ano.

Para o próximo ano, a consultora prevê que o PIB recupere em linha com a recuperação económica, ainda que mantenha um crescimento marginal” na ordem dos 0,6%. No entanto, “o aumento da dívida pública num contexto de desvalorização do kwanza e de perigo de incumprimento financeiro ameaça a estabilidade macroeconómica e prejudica a perspectiva de evolução da economia”, reconhece.

